



**RATIO - FACULDADE TEOLÓGICA E FILOSÓFICA**  
**CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

IRENE CRISTOVÃO RODRIGUES

**PROJETO RECONSTRUIR: UMA ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS  
DE ENFRENTAMENTO À POBREZA DESENVOLVIDO NO BAIRRO  
BONSUCESO, EM FORTALEZA - CEARÁ.**

FORTALEZA – CE

2018

IRENE CRISTOVÃO RODRIGUES

PROJETO RECONSTRUIR: UMA ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS DE  
ENFRENTAMENTO À POBREZA DESENVOLVIDO NO BAIRRO BONSUCESSO, EM  
FORTALEZA - CEARÁ.

Monografia submetida à aprovação do Curso de Bacharelado em Serviço Social pela Faculdade Teológica Ratio, como requisito parcial para obtenção de título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup>. Virzângela Paula Sandy Mendes

FORTALEZA – CE

2018

IRENE CRISTOVÃO RODRIGUES

PROJETO RECONSTRUIR: UMA ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS DE  
ENFRENTAMENTO À POBREZA DESENVOLVIDO NO BAIRRO BONSUCESSO, EM  
FORTALEZA - CEARÁ.

Monografia submetida à aprovação do Curso  
de Bacharelado em Serviço Social pela  
Faculdade Teológica Ratio, como requisito  
parcial para obtenção de título de Bacharel  
em Serviço Social.

Orientadora: Prof. Virzângela Paula Sandy  
Mendes

Aprovada em: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Ms. Virzângela Paula Sandy Mendes (Orientadora)  
RATIO - Faculdade Teológica e Filosófica

---

Prof. Ms. Lauriene Rodrigues Marreiro Mendonça  
RATIO - Faculdade Teológica e Filosófica

---

Prof. Esp. Marcela Barros Maciel  
RATIO - Faculdade Teológica e Filosófica

A Deus seja toda glória e mérito, não só nesta etapa, mas, em toda minha caminhada e projetos. Aos familiares, professores e amigos que dentro de suas especificidades, muito contribuíram e me encorajaram a chegar até aqui.

## AGRADECIMENTOS

A Deus a quem pertence toda honra e glória, sou grata por ter me honrado nesta empreitada e por ter estado comigo, mesmo eu não merecendo. Obrigada meu Senhor, o teu amor me refaz.

Aos meus Familiares, que estiveram na arquivancada dessa trajetória, me alegrando, sustentando minha mão quando as coisas quiseram desandar, por ter orado e me apoiado. Obrigada. Deus os abençoe sempre, sem vocês esse momento perderia parte do brilho.

Em especial a Prof. Ms. Virzângela Paula Sandy Mendes, a quem dou o mérito de ter me direcionado nos momentos mais importantes dessa monografia. A todas e todos os professores (as), que repassaram seus conhecimentos com muito profissionalismo, mas também, com tanta empatia. Deus os recompense por terem me ajudado a conhecer novas diretrizes.

A banca examinadora dessa pesquisa. Obrigada por terem aceitado o convite e pelo tempo dedicado em consolidar melhores resultados para essa pesquisa.

A turma mais festeira e linda que já participei. Obrigada Turma 109/2014, nós somos a turma.

Aos Idealizadores e Equipe do Programa Educa Mais Brasil. Dedico 50% desta homenagem. Obrigada por me apoiarem.

Ratio – Faculdade Teológica e Filosofia. Meus sinceros agradecimentos por tudo, especialmente, pela equipe de professores e da recepção.

Ao Instituto Logos de Desenvolvimento Sociais – Projeto Reconstruir. Pr. Everaldo da Silva, Deus dê cada vez mais sabedoria e faça prosperar todas as vidas que se chegam neste lugar.

A equipe de profissionais e mães do Projeto Reconstruir 2018.1, que foram essenciais para a realização dessa pesquisa. Deus abra portas onde não há e os faça prosperar conforme a palavra do Senhor.

A consciência é determinada pela realidade social, e ela é condição para sua transformação.

(MONTAÑO e DURIGUETTO)

## RESUMO

Tratar das expressões da questão social sempre será uma tarefa que implicará nas muitas facetas que o poder público vem desenvolvendo dentro da sociedade. Dessa maneira, tanto as expressões como os órgãos e meios pelos quais se busca trazer respostas à questão social, permanecem como fonte de pesquisas. Mediante a imensidão da problemática sugerida, esta pesquisa adotou como objetivo geral Compreender quais os significados do Projeto Reconstruir, desenvolvido pelo Instituto Logos Restaurando Vidas/Igreja Evangélica no bairro Bonsucesso, em Fortaleza - Ceará, para os profissionais e famílias atendidas. Quanto aos objetivos específicos tivemos: Identificar quais as principais demandas sociais apresentadas pelos participantes do Projeto Reconstruir no bairro Bonsucesso, em Fortaleza - Ceará; apresentar as principais ações desenvolvidas pelo Projeto Reconstruir na comunidade do bairro Bonsucesso, Fortaleza - Ceará e descrever quais as principais dificuldades apresentadas pelo Projeto Reconstruir para desenvolver estratégias de enfrentamento à pobreza, conforme relatos dos profissionais. Devido buscar os valores embutidos nas relações entre os sujeitos e o meio onde estão inseridos, adotamos a abordagem qualitativa. No desenvolvimento da pesquisa realizamos pesquisa bibliográfica, a fim de ter embasamento teórico. Também realizamos pesquisa de campo, onde foi escolhido o Projeto Reconstruir do Instituto Logos de Desenvolvimento Social, local que nos forneceu além de dados relevante para obtermos resultados, também as informações referentes aos profissionais e familiares sujeitos desta pesquisa; usamos também a entrevista semiestruturada que teve como instrumentos auxiliares: roteiro de entrevista, caneta, gravador de voz. Reconhecendo o valor científico e as normas impostas, atrelamos os procedimentos os procedimentos previstos nas resoluções 466/2012 e 510/2016, as quais fazem menção aos critérios a serem observados ao realizar pesquisa com seres humanos. Por estes motivos, trazemos a esta pesquisa o que concluímos em relação aos nossos objetivos segundo os fenômenos que foram pesquisados. As principais demandas apresentadas são financeiras; odontológico; atendimento médico; reparos na estrutura do prédio; ausência de cursos profissionalizantes; haver distinção entre os trabalhos da Igreja e os do Projeto; que a cesta básica seja distribuída para todos façam parte do Projeto e que esteja dentro do quadro de necessitados. Em resposta ao objetivo geral o significado do Projeto Reconstruir para os profissionais significa uma oportunidade de consolidar suas carreiras; enquanto para as famílias o Projeto Reconstruir significa, de acordo com seus relatos, o Projeto têm o significado de um espaço de sociabilidade e proteção, isto porque, enquanto as crianças estiverem no Projeto, não fica na rua, lugar que apresenta fortes índices de violência, ao mesmo tempo um ambiente que constantemente oferece riscos. Somado a tais fatos, este estudo busca evidências que comprovem a realidade provocada pela dissonância entre os polos sociais e que tem como característica principal a pobreza dentro das comunidades periféricas, o que sem sombra de dúvidas, tem atraído muitos olhares. Sujeitos que dependem do poder Público para reverter, ou no mínimo, amenizar suas necessidades. São atores que assistem a disputa às suas necessidades, sem, no entanto, contemplarem respostas contundentes ao foco de suas necessidades. Sem resultados satisfatórios, as tais circunstanciam, abrem-se as portas para as instituições denominadas Terceiro Setor, poder atuar com grande expansão. Desta forma este estudo toma corpo, levando em consideração o cuidado que se deve ter em não padronizar estas Instituições como principal ferramenta de ação em respostas as expressões da questão social, mesmo que estas apresentem suas melhores contribuições e sejam aliadas ao Estado. Vale ressaltar que por elas não terem autonomia suficiente, também não podem garantir a seguridade que as Políticas Sociais implantadas por meio e sob a responsabilidade do Poder Público podem oferecer.

**Palavras-chave:** Questão Social. Políticas Públicas. ONGs.

## RESUMEN

Tratar de las expresiones de la cuestión social siempre será una tarea que implicará en las muchas facetas que el poder público viene desarrollando dentro de la sociedad. De esa manera, tanto las expresiones como los órganos y medios por los cuales se busca traer respuestas a la cuestión social, permanecen como fuente de investigaciones. Por medio de la inmensidad de la problemática sugerida, esta investigación adoptó como objetivo general Comprender qué significados del Proyecto Reconstruir, desarrollado por el Instituto Logos Restaurando Vidas / Iglesia Evangélica en el barrio Bonsucesso, en Fortaleza - Ceará, para los profesionales y familias atendidas. En cuanto a los objetivos específicos tuvimos: Identificar cuáles son las principales demandas sociales presentadas por los participantes del Proyecto Reconstruir en el barrio Bonsucesso, en Fortaleza - Ceará; y en el caso de que se produzca un cambio en la calidad de vida de la población. Debido a buscar los valores incrustados en las relaciones entre los sujetos y el medio donde están insertados, adoptamos el abordaje cualitativo. En el desarrollo de la investigación realizamos investigación bibliográfica, a fin de tener basamento teórico. También realizamos investigación de campo, donde fue elegido el Proyecto Reconstruir del Instituto Logos de Desarrollo Social, local que nos proporcionó además de datos relevantes para obtener resultados, también las informaciones referentes a los profesionales y familiares sujetos de esta investigación; utilizamos también la entrevista semiestructurada que tuvo como instrumentos auxiliares: guión de entrevista, pluma, grabadora de voz. Reconociendo el valor científico y las normas impuestas, atamos los procedimientos los procedimientos previstos en las resoluciones 466/2012 y 510/2016, las cuales hacen mención a los criterios a ser observados al realizar investigación con seres humanos. Por estos motivos, traemos a esta investigación lo que concluimos en relación a nuestros objetivos según los fenómenos que fueron investigados. Las principales demandas presentadas son financieras; dental; atención médica; reparaciones en la estructura del edificio; ausencia de cursos profesionales; hay distinción entre los trabajos de la Iglesia y los del Proyecto; que la canasta básica sea distribuida para que todos formen parte del Proyecto y que esté dentro del cuadro de necesitados. En respuesta al objetivo general el significado del Proyecto Reconstruir para los profesionales significa una oportunidad de consolidar sus carreras; mientras que para las familias el Proyecto Reconstruir significa, de acuerdo con sus relatos, el Proyecto tienen el significado de un espacio de sociabilidad y protección, esto porque, mientras los niños estén en el Proyecto, no queda en la calle, lugar que presenta fuertes índices de violencia al mismo tiempo un ambiente que constantemente ofrece riesgos. En este estudio se busca evidencia que demuestre la realidad provocada por la disonancia entre los polos sociales y que tiene como característica principal la pobreza dentro de las comunidades periféricas, lo que sin lugar a dudas ha atraído muchas miradas. Sujetos que dependen del poder público para revertir, o al menos, amenizar sus necesidades. Son actores que asisten a la disputa a sus necesidades, sin, sin embargo, contemplar respuestas contundentes al foco de sus necesidades. Sin resultados satisfactorios, las tales circunstancias, se abren las puertas a las instituciones denominadas Tercer Sector, poder actuar con gran expansión. De esta forma este estudio toma cuerpo, teniendo en cuenta el cuidado que se debe tener en no estandarizar estas Instituciones como principal herramienta de acción en respuestas a las expresiones de la cuestión social, aunque éstas presenten sus mejores contribuciones y sean aliadas al Estado. Es importante resaltar que por ellas no tienen autonomía suficiente, tampoco pueden garantizar la seguridad que las Políticas Sociales implantadas por medio y bajo la responsabilidad del Poder Público pueden ofrecer.

Palabras clave: Cuestión Social. Políticas públicas. ONGs.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Organização do conhecimento/Representação da informação, Organização da informação/Representação da informação .....	37
--	----

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Perfil Biográfico Profissional dos Sujeitos desta Pesquisa .....	28
Tabela 2 - Perfil Biográfico Familiar dos Sujeitos desta Pesquisa .....	29
Tabela 3 - Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos Custo e variação da cesta básica em 9 capitais Brasil - março de 2018 .....	41

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLA**

CLT - Consolidação das Leis do Trabalho

CREAS - Centros de Referência Especializados da Assistência Social

DIEESE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudo Socioeconômico

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LBA - Legião Brasileira de Assistência

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social

MOBRAL - Movimento Brasileiro de Alfabetização

PBF - Programa Bolsa Família

SAM - Serviço de Assistência a Menores

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>2 O TRAJETO DA PESQUISA .....</b>	<b>21</b>
2.1 A Construção do Objeto .....	21
2.2 A Inserção em Campo e os (as) Interlocutores (ras) da Pesquisa .....	27
<b>3 A QUESTÃO SOCIAL, A POBREZA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS .....</b>	<b>33</b>
3.1 Discussões Conceituais sobre a Questão Social .....	33
3.2 O Estado e as Políticas Públicas .....	42
3.3 Os Direitos das Crianças no Brasil .....	49
<b>4 O TERCEIRO SETOR E O ENFRENTAMENTO À POBREZA: RELATOS DA PESQUISA DE CAMPO .....</b>	<b>56</b>
4.1 A vulnerabilidade Social como desafio aos Projetos/ONGs .....	56
4.2 Projeto Reconstruir .....	64
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>75</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>77</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa consiste em considerar os estudos já realizados por outras fontes, portanto, estaremos aqui identificando subsídios os quais consideramos relevantes para essa temática a qual está direcionado à erradicação da pobreza por meio das ações que envolvem as ONGs e Projetos os quais em conjunto, estejam associadas às Igrejas Evangélicas. Apesar de uma das esferas de nosso estudo estar no âmbito religioso, não estaremos pondo em check-in o caráter das Instituições (Igrejas) eleitas como ponto para ser avaliados o perfil da nossa.

Apresentamos aqui, principalmente, a causa pela qual se tem consolidado as Políticas Públicas, isto é, a pobreza das gentes. Vertente, que polariza as intenções da burguesia em manter este estado social aos que estão sob suas dependências. Ao mesmo tempo em que focamos a pobreza como expressão da questão social, também direcionamos a necessidade de Políticas Públicas, que possam reunir atributos que correspondam às suas competências e que estejam sob o respaldo do Estado.

Como já dito, e ressaltando, no enfoque do nosso tema, partiremos da possibilidade de apresentarmos dados e fatos que padronizam a vulnerabilidade social, razão pela qual também nos delimita a focarmos a periferia de Fortaleza, em específico no bairro Bonsucesso. Fato que, segundo dados apresentados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), vêm tomando proporções crescentes nos últimos anos, tanto a população, quanto as demandas por políticas públicas.

O último Censo (2010) apresentado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) consta dados bastantes relevantes para o que se considera uma chamada para a atenção básica, ou seja, serviços que o Estado deve prestar ao cidadão fortalezense, digo, os dados que são apresentados na pesquisa, nos remetem a uma análise de cunho social preocupante, visto que, os números se distanciam cada vez mais dos serviços prestados a demanda e visível vulnerabilidade social.

Para que sejam compreendidos tais fatos ou condições as quais os sujeitos que dependem da intervenção estatal estão expostos, apresentamos aqui os números que foram colhidos em pesquisa no ano de 2010 pelo IBGE, sendo que, os mesmos retratam uma realidade preocupante em detrimento do tema abordado no presente estudo.

De acordo com o último censo (2010), Fortaleza possui uma população de 2.452.185, sendo que a estimativa para o ano de 2017 é de 2.627.482 habitantes. Alarmantemente 36,9% esta mesma população, têm um rendimento nominal mensal per capita de até ½ meio salário mínimo. Ou seja, a lógica seria um crescimento proporcional de emprego e renda, porém, o

que se tem segundo dados mais recentes da mesma fonte, é que no ano de 2015 a média salarial dos trabalhadores formais foi em torno de 2,7 salários mínimos. O número de pessoal ocupado chegou a 880.791. Representando assim 34,0% da população ocupada. Significados que requerem intervenções urgentes. A questão é o quanto de atenção está sendo dispensada de 41.198 habitantes, destes 2.186 vivem em extrema pobreza, representando para a capital cearense 5,41% ficando no 43º lugar em relação aos demais bairros (118).

Diante destes dados, fica obvio a vulnerabilidade social a qual a classe operária é submetida, isto é, segundo Santos (2012, p.18), “a questão social não deve ser apontada como uma categoria de estudo, visto que não é um fato concreto, portanto, não pode ser considerada como algo real, pois não é possível dimensionar ou mesmo portá-la ao âmbito do pensamento”. Neste caso, trata-se de afirmar a existência real da questão social e de suas expressões, determinadas pela desigualdade fundamental do modo de produção capitalista.

Segundo a autora citada acima, a questão social está subentendida como um conceito, o qual é potencialmente capaz de determinar uma condição padronizada, isto é, não há uma ligação lógica do estado de existência da questão social, pois de que forma se afirmaria suas manifestações, ou transcrevê-la para uma forma real e observar o grau de sua magnitude?

Ainda segundo a autora, o que fica claro é que a questão social é um reflexo dos inúmeros fenômenos que subsequenciaram a história das sociedades, sendo a de maior relevância, a transição do modo feudal para o sistema capitalista, ou seja, este é o princípio de uma série de eventos que modificaram as relações e hábitos das sociedades.

Tomando como base a valorização exacerbada da acumulação de bens, a incessante busca da mais valia (valor adquirido sobre os bens acumulados e sob forma de exploração); situação esta, que tem trazido a evidência das classes, da dominação, ressaltando mais uma vez, a exploração e da desigualdade social, onde quem produz riquezas não é o mesmo que desta usufruí.

A autora traz a reflexão de que a questão social é fruto produzido, ou antes, resultado do modo de produção capitalista, onde poucos (burguesia) são os que detêm os meios de produção, ao mesmo tempo em que dominam e acumulam riquezas e poder. Já a menor quantidade (proletários) fica a margem de todas estas regalias.

Em suma, estas condições, geraram, e ainda é, motivação para o desconforto por parte do proletariado. A insatisfação em si, gera a consciência de classe, ao mesmo tempo em que brota a luta pelo poder, da parte da burguesia, enquanto o proletariado luta por direitos. Aqui temos uma (des) ligação social que se sobrepõe aos interesses, ao mesmo tempo em que se olharmos criticamente, nasce o tratado da desigualdade ou da questão social, a mesma que

polariza consequências subumanas, ou seja, situações que surgem a partir destes confrontos, fortalece o pauperismo do proletariado, resultando na vulnerabilidade social.

O posicionamento que ocupa cada classe embasa não só a contra posição que é ferrenha entre ambas, mas principalmente, subsidia as inúmeras estratégias para criações de políticas sociais.

Partindo do pressuposto de que o Estado representado pelos governos federal, estadual e municipal, são os gestores do dinheiro público e os responsáveis diretos pela execução das Políticas Públicas, logo, deve atuar nas expressões da questão social na condição de primeiro setor no atendimento e estratégias em combate à miséria.

Contudo, e mesmo com todo o remanejamento das Políticas Públicas, as expressões da questão social mantêm-se em uma dinâmica crescente e acelerada, levando o Estado a um déficit exorbitante, no que se referem ao atendimento as questões de caráter público, ou seja, para ele, é inviável uma resposta plena a este desafio, primeiro porque seu papel é o equilíbrio dos poderes, isto é, de acordo com Dias (2012, p. 2) faz referência a esta condição, porque no desempenho das suas funções,

O Estado é sujeito pelo fato de pertencer a á houve corrupção nos interesses de quem está à frente dos governos à esfera da política, com atos como o de comandar ou proibir algo, ou o exercício do domínio exclusivo sobre um determinado território, o de legislar com normas válidas que se impõem a todos, o de extrair e distribuir recursos de um setor para outro da sociedade e assim por diante.

Ainda que o papel e os interesses que norteiam as ações do Estado, sejam de suma importância, no momento, não estaremos discutindo esta pauta, porém, o faremos ainda que de uma maneira breve no capítulo posterior referente à temática. Atemo-nos, portanto, ao que este estudo traz em sua concepção a qual é compreender as relações do terceiro setor dentro do seguimento religioso, especificamente, no meio evangélico. Para tanto, se fez necessário registrar que, os órgãos privados ou sociedade civil, isto é, o comércio de um modo geral representa o segundo setor em atendimento; no entanto, seus inúmeros órgãos, atividades e serviços ofertados não têm seu foco voltado para o público, antes é este quem monopoliza as tendências de políticas, visto que impõe ao Estado um posicionamento mínimo para suas transações, isto é, “com finalidades estritamente particulares, da indústria, comércio, bancos, agronegócios, clubes, escolas, sindicatos, [...] e uma infinidade de serviços em geral; [...]”. (SIMÕES, 2012, p. 472).

Diante dos interesses representados por estes dois setores, podemos identificar com

clareza qual a tendência política adotada, isto, porque “Na ideologia liberal<sup>1</sup>, as atividades do primeiro setor tendem [...] no exercício do poder público, [...] ser reduzido às suas finalidades essenciais mínimas; e as do segundo setor devem ser expandidas no máximo, abrangendo todas as demais atividades” (IDEM, IBIDEM, 2012, p. 472). Com isto, pode-se observar que a realidade apresentada à sociedade, isto é, a questão social, definitivamente tem suas expressões agravadas e deliberadas para um segundo plano.

Dentro desta estrutura social, surgem as Organizações Não Governamentais (ONGs) ou Instituições Filantrópicas ocupando o terceiro setor e que tem “[...] sua especificidade assentada no fato de serem entidades privadas sem fins lucrativos, porém, com atividades que são de interesse público [...]”. Simões (2012, p. 497).

Fato é que, hoje o terceiro setor tem sua atuação principalmente por meio das ONGs, as Instituições Filantrópicas, como os Projetos e Movimentos sociais de um modo geral; sendo que levanta seu próprio fundo financeiro, mas, que fica em aberto a arrecadação de bens tanto do setor privado, como do próprio Estado. A jornalista Lina Melo, faz uma conjectura a respeito do giro financeiro do terceiro setor com a seguinte declaração:

Se fosse um país independente, o chamado Terceiro Setor ocuparia uma posição de destaque entre as maiores economias do mundo. Precisamente o oitavo lugar, atrás de superpotências como os Estados Unidos, China, Japão e Alemanha. O poderio econômico das organizações sem fins lucrativos, incluindo aí as organizações não governamentais (ONGs), fundações e associações, é calculado em 1,9 trilhão de dólares – uma montanha de dinheiro que supera inclusive o PIB brasileiro. (MELO, LINA PROJETO COLABORA. 02/09/2017).

Com estes dados, é fácil compreendermos as grandes demandas financeiras destinadas aos setores que se mantêm como parceiros do Estado, no entanto, estas estatísticas não representam uma resposta plausível à pobreza. Tal estado social tem sua base diretamente focada na escassez, quando também não se limita apenas a uma região específica, antes, suas mais diversas formas se acentuam sim, quando os sujeitos vivem de forma subumana, em vulnerabilidade social ou até mesmo quando o proletário vive sob a exploração exacerbada do sistema capitalista.

Baseando-se na realidade vivenciada pela população em estudo, e nos dados acima relatados, assim como, em todas as fontes de referências aqui apresentadas, esta pesquisa trilhou o viés de análise crítica voltadas para as estratégias usadas pelos Projetos Sociais ligados as Igrejas Evangélicas. Tomando como base o Instituto Logos de Desenvolvimento

---

<sup>1</sup> Segundo Behring e Boschetti (2011, p. 56), entendemos, [...] Estado liberal: cada indivíduo agindo em seu próprio interesse econômico, quando atuando junto a uma coletividade de indivíduos, maximizaria o bem estar coletivo. É o funcionamento livre e ilimitado do mercado que asseguraria o bem estar.

Social - Projeto Reconstruir, onde trabalharemos na perspectiva de compreendermos a dinâmica de suas atividades em relação ao enfrentamento e a redução à pobreza. De acordo com os dados disponíveis no site do Instituto Logos Restaurando Vidas, o objetivo do Projeto Reconstruir, é trabalhar:

Com famílias em situação de vulnerabilidade social dos bairros que fazem parte do seu entorno, sendo atendidas nos períodos matutinos e vespertinos as crianças sem referência, com falta de limites, baixa autoestima, com inversão de valores, se alimentam mal, alienados pela mídia, injustiçados, excluídos e sem perspectiva de ascensão social, carentes afetivamente, culturalmente e economicamente, sem controle emocional devido à realidade desestruturada a qual estão inseridos.

O Projeto tem por Missão:

Promover o desenvolvimento social integral através do resgate e restauração de vidas, levando em consideração todas as áreas do ser humano, visando através de seus planos, programas, projetos, ações e atividades sociais, o desempenho do exercício da cidadania, inclusão e a reintegração social.

Considerando o recorte dos dados acima citados, nosso objetivo foi conhecer os resultados ou as alternativas, que apresentam respostas ao enfrentamento à pobreza, por meio das políticas e programas existentes no campo de pesquisa, ou seja, medidas adotadas por meio das ações realizadas pelo Projeto Reconstruir, juntamente com seus profissionais e em parceria com as famílias atendidas.

Compreendendo o papel que a pobreza representa na estrutura social, procuramos mostrar o alcance e a contribuição do Projeto Reconstruir, e a importância de sua atuação no enfrentamento à pobreza e a vulnerabilidade social vivenciada pela população no bairro em destaque, como também, as principais demandas sociais, apresentadas pelo Projeto, o que levamos em conta às principais dificuldades enfrentadas pelo mesmo ao desenvolver as estratégias de enfrentamento à pobreza.

Como análise a este contexto, o presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) teve como objetivo geral: Compreender quais os significados do Projeto Reconstruir, desenvolvido pelo Instituto Logos Restaurando Vidas/Igreja Evangélica no bairro Bonsucesso, em Fortaleza Ceará, para os profissionais e para as famílias atendidas.

Quanto aos objetivos específicos tivemos os seguintes: Identificar quais as principais demandas sociais apresentadas pelos participantes do Projeto Reconstruir no bairro Bonsucesso em Fortaleza; apresentar as principais ações desenvolvidas pelo Projeto Reconstruir na comunidade do bairro Bonsucesso em Fortaleza; e, descrever quais as

principais dificuldades apresentadas pelo Projeto Reconstruir para desenvolver estratégias de enfrentamento à pobreza, conforme relatos dos profissionais.

Para o desenvolvimento deste estudo, foi adotada uma metodologia de abordagem qualitativa, tendo em vista que o objeto em questão trabalha com, “[...] o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores, e das atitudes”. Para Minayo (2010, p.21, 22):

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se ocupa nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Com base nas afirmações da autora citada, neste estudo buscamos compreender como se dá o processo de conexão dos Instrumentos que promovem as ações sociais. O que também se propôs a apresentar as percepções dos sujeitos, que estão em extremos diferentes, porém, participantes da mesma política.

Este estudo também buscou a nitidez da realidade vivenciada pelos atores desta construção social, trazendo para esta discussão o Projeto Reconstruir, tendo como representantes, os sujeitos que contextualizam suas expectativas e vivência, e que procuram teorizar seus sentimentos e atitudes em suas falas, deixando fluir suas aspirações e motivos de contribuírem, como também de serem participantes do projeto já citado.

A forma como este estudo foi conduzido, registra a necessidade de alcançar as muitas interpretações e significados que predominam no cotidiano dos sujeitos em vulnerabilidade social. Para uma maior compreensão e reconhecendo a complexidade da temática proposta, escolhemos os métodos bibliográficos. Para Gil (2010, p. 30) “A pesquisa bibliográfica fundamenta-se em material elaborado por autores com o propósito específico de ser lido por públicos específicos”.

Diante da concepção do autor citado, entendemos que o embasamento teórico concretiza a veracidade do tema, visto que os fatos serão confrontados com outras análises teóricas. Portanto, escolhemos nesta pesquisa, tomar como base de conhecimento e conforme a necessidade, fontes externas (autores, livros, artigos e sites), tudo com o intuito de esclarecer a dinâmica abordada por esta pesquisa, isto é, o conhecimento histórico, teórico, metodológico e estrutural desta complexidade que é o viés da questão social.

Deste modo, também realizamos uma pesquisa de campo. Para Fonseca (2002), a pesquisa de campo, “caracteriza-se pelas investigações em que, além da pesquisa bibliográfica

e/ou documental, se realiza coleta de dados junto a pessoas, com o recurso de diferentes tipos de pesquisa”.

Encontramos no campo uma fonte de conhecimento, ou seja, observar e investigar os fatos inerentes ao estudo foi distinguir a realidade expressa no dia-a-dia, foi comparar aquilo que se tinha como base, mas, que não havia solidez dos fatos. Este ambiente foi a ferramenta mais rica em informações, pois é nele que podemos ver as muitas ações e reações. Foi também o seio de acolhida e de choque de realidade, ou seja, o campo foi o encaixe da teoria, da historicidade e do empirismo, todos contribuindo para potencializar e esclarecer o objetivo aqui proposto.

O campo escolhido para este estudo é o Projeto Reconstruir do Instituto Logos Restaurando Vidas, que segundo informações colhidas na própria Instituição e no site<sup>2</sup> do Instituto Logos:

É uma Associação Filantrópica, por tanto sem fins lucrativos, situado nos bairros: de Bonsucesso - sede 1 (Av. Osório de Paiva, 3380 – Siqueira) e bairro de Fátima – sede 2 ( Rua: Bartolomeu de Gusmão, 880) em Fortaleza/Ceará. Iniciou o seu trabalho a partir do Projeto Reconstruir em 22 de novembro de 2007 por seus idealizadores Everaldo da Silva e Machidovel Trigueiro Filho [...]. A Instituição se afirmar no consenso de que educar é restaurar vidas. No ano de 2011 nasce o Instituto Logos de Desenvolvimento Social se tornando legalmente, uma instituição com os projetos: Reconstruir (atendendo crianças e adolescentes); Dorcas (corte e costura); Mãos que criam (artesanato); e Oficina da Beleza (estética).

O Projeto Logos entende que:

É preciso considerar o contexto sócio – político, ideológico e cultural da comunidade atendida. [...] O projeto define uma concepção de homem, sociedade, conhecimento, educação, cultura, cidadania, ensino, aprendizagem e avaliação articulada à dimensão político-pedagógica de produzir uma concepção de educação e sociedade democráticas. Sua finalidade é enfrentar os desafios através de uma gestão inovadora nas comunidades atendidas, promovendo o desenvolvimento social e integral. O universo de profissionais representa atualmente vinte (21) profissionais nas mais diversas áreas, e de famílias cento e setenta e cinco (175).

A técnica usada para obtermos dados concretos sobre a instituição em análise foi da entrevista semiestruturada, que segundo o autor Cervo (2007 p. 51), “a entrevista não é uma simples conversa. É uma conversa orientada para um objetivo definido: recolher, por meio do interrogatório do informante, dados para a pesquisa”.

Neste estudo, nos interessou compreender qual o link existente entre a teoria e a realidade das ações do mundo filantrópico, sendo que, ousamos identificar algumas demandas deste campo por meio de entrevistas realizadas com os principais sujeitos deste estudo, as

<sup>2</sup> Disponível em: <<http://valdecirce.wix.com/institutologos#!projetos/c21kz>> Acesso em 09/novembro/2017.

famílias, os profissionais da educação, de artes, da infraestrutura e do Serviço Social. Como forma de organização e para obtermos um melhor resultado, usamos como suporte de trabalho, os instrumentos auxiliares, como: roteiro de entrevista, gravador de voz etc.

Para que possamos apreender maiores informações sobre os significados das relações e ações que ocorrem dentro do campo de pesquisa, também usamos a técnica da observação participante. De acordo com Eduard C. Lindermen e Florence Kluck-hohn. (apud. HAQUETTE 2007, p. 66), “a observação participante se resume a uma importante técnica de coletas de dados, empreendidas em situações especiais e, cujo sucesso depende de certos requisitos que a distinguem das técnicas convencionais de coletas de dados, tais como, o questionário e a entrevista”.

A observação teve uma colocação especial nesta pesquisa, visto que a dinâmica das atividades não nos dava condições de participarmos de todas, por esta razão, usamos essa técnica como meio de compreendermos o que não nos era informado por outras técnicas usadas nessa pesquisa.

Cientes da importância social, metodológica e científica que este estudo representa, foram adotados nesta pesquisa, todos os procedimentos previstos nas resoluções 466/2012 e 510/2016<sup>3</sup>, onde as mesmas fazem menção dos critérios éticos legais de inclusão e exclusão a serem adotados na dinâmica de se obter conhecimento de outrem por meio de entrevista.

De acordo com a resolução citada, os participantes receberam orientações sobre a coleta de dados, quando também foram informados sobre todos os seus direitos quanto a permanecerem ou desistirem de suas participações neste trabalho. Como forma legal, foi-lhes entregue uma cópia do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE - termo indicado e requerido conforme as resoluções acima citadas), ao que se refere à questão do sigilo e das informações coletadas, deixando explícito que, os dados informados serão utilizados “para fins estritamente científicos, e o anonimato dos sujeitos participantes”. Será preservado sob sigilo absoluto, exceto aos que desejem serem identificados.

Para compreendermos as articulações apresentadas neste trabalho, iniciamos este estudo com uma breve Introdução, para em seguida, no primeiro capítulo, abordamos sobre: o Trajeto da pesquisa, a construção do objeto, a imersão em campo e os (as) interlocutores (as) da pesquisa.

No segundo capítulo tratamos sobre, A Questão Social, a Pobreza e as Políticas Públicas, Discussões conceituais sobre a questão social, o Estado e as Políticas Públicas e os

---

<sup>3</sup> Disponíveis em: < [http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466\\_12\\_12\\_2012.html](http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html)> e < <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/reso510.pdf>> Acesso em 19/04/2018

Direitos das crianças do Brasil. Neste ponto, focamos em identificar os pontos históricos e relevantes, que formam a gênese da temática em estudo, como também fazer um link com os eixos em questão.

No terceiro capítulo será tratado sobre o Terceiro Setor e o Enfrentamento à Pobreza: relatos da pesquisa de campo, a vulnerabilidade como desafio aos Projetos Sociais/ ONGs, Projeto Reconstruir. A abordagem deste capítulo percorrerá os caminhos teóricos a fim de compreender a construção de base, como também, o desempenho das estratégias públicas e privadas as quais são condutores de respostas aos apelos das questões em estudo. Ainda nesta abordagem, focamos na realidade vivenciada pelos sujeitos inseridos no universo desta pesquisa.

## 2 O TRAJETO DA PESQUISA

### 2.1 A construção do objeto

Sou<sup>4</sup> cristã e membro da Igreja Evangélica há alguns anos. É justamente esta minha posição, que me fez galgar esta trajetória, digo, por causa do meu seguimento religioso foi que busquei o curso de Serviço Social.

Durante todo o meu percurso religioso, busquei cooperar com os eventos existentes dentro da congregação a qual faço parte. Sou adepta sim, de ajudar e de contribuir para que pessoas tenham uma oportunidade, sou dizimista e não quero ser menos que isto.

Foi justamente esta minha ligação com os fatos narrados, que observei que havia dentro da congregação, muitos membros que se encontravam desempregados ou que não tinham nenhuma qualificação profissional, portanto, se fazia necessário que a Igreja constantemente estivesse distribuindo donativos a tais sujeitos.

A verdade é que o ato de ajudar não era o problema, não aos meus olhos, mas o que me intrigava era que havia sempre uma serie de apelos, os quais tinham um toque de “pedinte”. Esta condição era constrangedora. O fato da Igreja buscar cumprir com uma de suas primazias, que é ajudar ao próximo, para mim, não é o que está em questão, mas o modo como é conduzida esta tarefa, foi o motivo pelo qual surgiu minha inquietação. A ideia de haver uma equipe de profissionais que pudesse prestar assessoria com esta função, para mim, teria um resultado mais eficaz. Primeiro, porque a visão imediatista seria abolida e também porque os sujeitos, que eventualmente, por uma, ou qualquer razão, necessitasse de auxilio, não estaria limitado a apenas uma ajuda, mas que provavelmente, poderiam receber orientações e na pior das hipóteses, um suporte técnico qualificado para mediar ou intervir na situação.

A referida inquietude me fez imaginar as pessoas contribuindo com seu tempo, seus talentos profissionais, com a construção de eventos que tragam como retorno, a qualificação profissional dos que até então, não possuíam. E com parcerias que gerem emprego e renda para os que estejam desempregados e, até mesmo com uma Igreja que use de suas riquezas para tornar esta ideia uma realidade.

---

<sup>4</sup> Peço licença ao leitor para usar o verbo na 1ª pessoa neste capítulo, por se tratar de minha aproximação com o objeto da pesquisa e a inserção em campo.

Ver todos os meses a fala do líder de minha igreja, pronunciar a tão rotineira chamada ao “quilo do amor<sup>5</sup>”, reforça a ideia de que igrejas que trabalham com projetos que promovem cidadania, que possibilitam a construção de pontes rumo a conquista de direitos, estariam ampliando suas metas e trazendo mudança de vida não só na área espiritual, mas também, para um cidadão que não teve oportunidades. Quem sabe se não foi de uma destas ideias que alguém acordou para a filantropia ou mesmo para a criação das ONGs. Foi pensando assim, que o tema desta pesquisa tomou forma e tem me levado a conhecer outros vieses fora da minha zona de conforto.

Com isto, em 2009 comecei a construir a ideia de mobilizar um grupo de pessoas, que se disponibilizassem e viabilizassem ações, que alcançassem as pessoas que estão nas Igrejas e em suas proximidades, as quais se encontrem desempregadas ou em vulnerabilidade social, muitas até mesmo, sem nenhuma esperança de mudar tal condição. Cheguei a divulgar a ideia, o que foi bem aceita por aqueles com quem compartilhei, porém, não foi possível dar início porque tive que mudar de endereço e ao mesmo tempo, outros planos tiveram que ocupar meu tempo, episódios que me levaram à adiar um pouco mais este projeto.

No ano de dois mil e doze (2012), voltei a morar na comunidade referida nesta pesquisa. Foi quando tive o desapontamento em saber que o modo operante da Igreja, em virtude dos sujeitos em situação de vulnerabilidade social, não havia sofrido mudanças. Em dois mil e catorze (2014) decidi voltar a estudar. Dentro das opções as quais me interessava como meta de vida e por uma série de razões o Serviço Social sobressaiu-se, inclusive porque se fazia necessário buscar conhecer a realidade teórica, sendo esta, a única forma que teria para comparar as extremidades, e ao mesmo tempo, ter uma visão mais ampla daquilo que se podia intervir e do que estaria fora do alcance de todo este arsenal de medidas e instrumentos.

Encontrar embasamento teórico para além das ideias empíricas já existentes seria o papel do Serviço Social, o que a princípio, era o jeito formal de realizar minhas ideias. Todavia, houve um desdobramento de metas a serem alcançados, que não estavam sendo visualizados devido à inexperiência com as informações ocultas aos leigos literários, isto é, sem o conhecimento das causas e efeitos, os quais ficam claros ou que recebem direcionamentos durante o passo a passo acadêmico, é pouco provável que o desempenho que no princípio tenha sido visualizado, alcance a mesma dimensão. Estas eram apenas as

---

<sup>5</sup> Refere-se à forma adotada pela igreja a qual faço parte, para arrecadar donativos/alimentos com os quais são montadas cestas básicas e destinadas as pessoas que se encontram desempregadas ou que vivem em vulnerabilidade social.

primeiras etapas.

No ano de 2016, já no quarto semestre de Serviço Social, tive meu primeiro contato com o tema desta pesquisa. Foi quando a professora Kelly Maria Gomes, lecionava a cadeira de Pesquisa I, quando a mesma programou as primeiras iniciativas do projeto de pesquisa, visando ser esta ideia, a soma de meu embasamento científico para futuramente alcançar o resultado que hoje apresento.

Logo, foram sugeridos vários seguimentos teóricos para que todo o conteúdo tomasse forma, e que não ficasse apenas como uma ideia desconexa, mas que viesse ser uma sequência de estudos e conhecimentos. O tema naquela fase foi Projetos Sociais de Enfrentamentos à Pobreza, sendo elaborada como pergunta de partida: De que forma o Projeto Social da Igreja Evangélica “Logos”, atua em relação às expressões da Questão Social no bairro Bonsucesso?

A elaboração desta prévia pesquisa se deu por meio de sites e algumas leituras nos teóricos, que me direcionavam ao tema. Neste momento de construção, tornava-se um desafio aprofundar-se nesta temática, o que tornou o estudo cheio de porquês. O que na realidade posso enfatizar desta primeira experiência, foi que minha inquietação teve seguimento. Ainda que tenham surgidos novos desafios, a certeza de que a atuação da igreja, das ONGs e do próprio poder Público/Estado na representação de suas políticas os quais são promotores de opiniões e de novos conceitos, me mantiveram o objetivo de compreender como estes órgãos atuam dentro da perspectiva de enfrentamento à pobreza, o que fazem para retirar os inúmeros sujeitos que estão sob suas tutelas, da situação de vulnerabilidade social.

No mesmo ano e já no quinto semestre do curso em vigor, a professora Lauriene Rodrigues Marreiro Mendonça, deu continuidade à orientação deste estudo. Adotar uma visão mais militante, em que os movimentos sociais são o código de referência para a abertura de uma nova conduta social, isto é, a partir destes seguimentos, a formação de opiniões e o reconhecimento por parte dos atores sociais, constituem uma dimensão de antagonismo entre os interesses de classe, o que traz para dentro do contexto em estudo, a impressionante sapiência de Marx, quando tão bem descreve os interesses dos sujeitos na perspectiva de suas formações quanto a sua dimensão social.

Ao se referir de que lado e em que aspectos se veem os sujeitos dentro do sistema de dominação capitalista, Duriguetto e Montañó no livro Estado, Classe e Movimentos sociais, transcrevem a compreensão do que Marx intitula como “constituição de classe em si e a classe para si”. Sobre este olhar pode-se constatar, que a “classe em si” e a “classe para si”, segundo os autores citados, se caracterizam quando:

A “classe em si” é constituída pela população cuja condição social corresponde com determinado lugar e papel no produtivo, e que independente de sua consciência e/ou organização para a luta na defesa de seus interesses, caracterize uma unidade de interesses comuns em oposição aos de outras. [...] A “classe para si”, caracteriza outra dimensão possível da constituição e da análise da classe. Conforma uma classe para si aquela que, consciente de seus interesses e inimigos, se organiza para a luta na defesa destes. (DURIGUETTO, 2011, p. 97)

Ainda segundo os autores, “a situação comum e os interesses comuns” de uma categoria/classe, a eleva a concepção de classe em si, porém, só se pode afirmar que uma classe é para si, quando a mesma “se une” em defesa ou na luta por seus objetivos. O que em tese pode-se afirmar é que o sujeito que tem consciência de sua classe, mas que não se une a outros, para juntos se organizarem para lutar por seus objetivos ou direitos, sem dúvidas os mesmos iram está numa dimensão completamente vulnerável.

Para este período da pesquisa também foi construído a base fundante do conteúdo como a delimitação, a justificativa, os objetivos foram melhores esclarecidos, a metodologia e as referências teóricas tiveram destaques, afinal, são eles que podem respaldar todo o trabalho aqui apresentado.

Por indicação da orientadora, fui pela primeira vez no local onde pretendia realizar este estudo. Foi constatado que a instituição estava em fase de readaptação em suas estruturas e que os projetos realizados por ela, estavam alguns desativados e outros foram subdivididos entre a matriz (sede 01 Bonsucesso- Siqueira) e outra filial (sede 02 bairro de Fátima). A direção de toda estrutura social era administrada por uma coordenadora e diretores gerais da instituição.

Havia uma Assistente Social, que prestava serviço durante dois dias na semana, sendo um em cada local; a mesma tem seus serviços voltados para a instituição e se dava de forma voluntária. Também foram colhidos dados sobre a data de fundação, missão, objetivo, sujeitos alvos dos projetos, atividades em destaques, como também ficaram demarcados o universo a ser investigado em um tempo futuro, isto é, durante a minha inserção em campo.

Já na terceira fase ou TCC I, tendo como orientadora a atual professora Virzângela Paula, o trabalho prossegue ganhando novos adereços, ou seja, todo o conteúdo adquirido até o momento passa por uma nova revisão, ao mesmo tempo em que recebe novos direcionamentos. Em destaque foi criada a estrutura da introdução da pesquisa, e montada uma simulação tanto do roteiro de entrevista quanto a proposta de sumário.

Quando abordamos o tema Projeto Reconstruir: uma análise das estratégias de enfrentamento à pobreza desenvolvido no bairro Bonsucesso em Fortaleza - Ceará, a primeira

coisa que nos veio à mente foi às condições subumanas vividas por muitos, não só no bairro em destaque, mas em todo território nacional.

Lógico, que se formos citar a miséria existente ou mesmo a ineficiência das políticas públicas, teríamos que ampliar nossa visão para todas as nações. Evidenciaríamos todo o complexo que é o capitalismo frenético que as grandes sociedades acataram como supremacia de vida e, ainda assim, nos faltaria argumento propício para esclarecer de forma concisa todo o desfecho da temática.

Sendo assim, há uma incógnita, isto é, porque esta temática faz menção a um universo de nosso cotidiano, mas não nos desperta interesse em discuti – lá? Na verdade, aqui estamos tratando do recorte em tese, ou seja, o enfrentamento à pobreza dentro do seguimento evangélico. Sem dúvida que este é um problema de caráter global, portanto, nos deteremos àquilo que inquietou na fase inicial, como também ao campo disponível a esta pesquisa.

Nesta perspectiva procurei neste estudo, articular a realidade já de muito, conhecida pelos autores usados neste estudo, como também de forma simples, esclarece o fato de que somos cercados de pessoas que estão classificadas no grupo da vulnerabilidade social; porém, nos faltam políticas que contemplem os requisitos necessários para solucionar as inúmeras necessidades destes indivíduos ou famílias.

Foi com esta inquietação que aprofundi a ideia desta pesquisa. Reconhecer a grandeza da problemática foi compreender que a pobreza é uma questão estrutural e que, o objeto em estudo foi observado sob um contexto proeminente ao que se refere aos projetos e propostas Sociais das Igrejas Evangélicas. Logo, este estudo pode ganhar caráter de utilidade pública, visto que este engloba a religião e os Projetos Sociais, na perspectiva dos sujeitos que estão imbricados ao objeto em estudo, sendo que os mesmos representam ferramentas potencialmente relevantes junto à comunidade.

Quando este estudo foi sendo construído, foi também se fortalecendo a ideia de que as relações entre Comunidade e Igreja podem, e sem dúvidas, devem estabelecer relações sustentáveis e inovadoras, formando parcerias capazes de produzir viés sólido ou de caráter completamente desfocado, daquilo que mantém a sociedade subjugada a uma herança de paternalismo extremo, da conformidade aos padrões escravocratas, onde tudo o que se consegue conquistar, deve ser por meio da mendicância ou que antes, deve está sob a tutela do assistencialismo.

Este estudo, também teve a proposta de contracenar atores que são visíveis junto aos fatos históricos e que têm a oportunidade de repensar suas ações sociais e construir elos que sejam capazes de tratar, se não o todo, parte das expressões da questão social. Portanto, o

contexto expresso neste trabalho, é o de consolidar pontos reflexíveis, embasados por categorias literárias capazes de nortear e contribuir dentro da área em estudo, um melhor desenvolvimento e “erradicação” da pobreza, fato que é um marco ou expressão da questão Social, principalmente nas periferias, lugar em que a população é dissociada daquilo que o capitalismo chama de classe social.

Tenho por certo, que há muito a ser construído, todavia, esta é mais uma forma de chamar a atenção ou de apresentar a sociedade os projetos e propostas que, se bem planejadas, e voltada para um projeto ético-político, que esteja focado em princípios que direcionam as possíveis respostas sociais, e conduza as tomadas de decisões sem corroborar com a desigualdade de classes. Logo, seriam possíveis outros rumos para os pertencentes ao grupo de vulnerabilidade social. Evidente que esta é uma visão pessoal. A realidade é que este estudo foi elaborado com o intuito de apresentar a Igreja a uma sociedade que precisa de projetos e propostas, como as possíveis respostas sociais que bem podem ser executadas por ela.

Sob esta perspectiva, a presente pesquisa traz como ponto relevante ao Serviço Social, a valorização da profissão como garantidor de direitos dentro de um sistema onde outrora, tenha sido o berço de seu surgimento, hoje têm seguimentos divergentes. Contudo, ambos podem usar de seus instrumentais para fazer valer os direitos dos cidadãos que os procuram. Para o Serviço Social, esta pesquisa é uma ferramenta de compreensão em sua atuação junto ao campo religioso. Sendo que, pode corroborar para uma reflexão sobre as práticas no atendimento social das Igrejas evangélicas.

Sobre esta perspectiva, cabe lembrar que o Serviço Social surgiu atrelado às organizações religiosas, fundamentado no assistencialismo, porém, deve-se considerar que hoje, o mesmo é um instrumento que tem nas suas ações, o caráter de identificar a demanda em questão, levando em consideração todas as possibilidades para viabilizar o acesso a serviços sociais, e com isso, garantir todos os direitos devido aos sujeitos em questão. Uma segunda consideração é que seu projeto ético-político é fomentado em princípios fundamentais, os quais norteiam suas ações por meio de um embasamento teórico metodológico e que, segundo o código de ética profissional, seus valores estão pautados segundo Barroco e Terra (2012, p. 127 – 130), em um:

[...] posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática; [...] compromisso com qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional; [...]

Portanto, sua realidade atual está dissociada do assistencialismo, todavia, em parceria com o campo religioso, pode fornecer seus conhecimentos de bases teóricas em prol da garantia de direitos, objetivando uma atuação no campo sócio-político, e nas intervenções inerentes a questão social, cujas expressões são bastante acentuadas nas periferias.

O campo religioso nesta parceria é uma importante fonte de apoio, quando se trata do acolhimento de sujeitos e participação junto às comunidades e lógico, uma área de atuação do Serviço Social.

Por ser um instrumento acadêmico, esta pesquisa serve para operacionalizar uma formação crítica-dialética, junto à área de pesquisa citado neste estudo. Desta forma, o Serviço Social opera com legitimidade e visibilidade dentro da camada religiosa, atuando não como um marco exclusivamente político, ou que se inseriu para reaver seus antigos dogmas, não, mas atuar como um eixo, o qual permeará ações interventivas, as quais terão por base toda a sua estrutura técnico-operacional, teórico metodológico, ético e político, segundo a instrumentalidade do exercício profissional.

O fato é que, a trajetória a ser trilhada ainda não havia terminado e que das muitas etapas a passar, o resultado recebe todas as honrarias, não por ter por certo uma nota gloriosa, ainda que seja o sonho de todo pesquisador, mas por saber que ela define a real perspectiva de toda a indagação/inquietação referida no princípio.

Tudo nesta edição da pesquisa TCC II, toma caráter absoluto e que de modo investigativo o processo segue. É hora de colocar em prática a teórica e a instrumentalidade adquirida ao longo destes sete semestres. Conceituar e argumentar os fatos que se destacam no campo da pesquisa. Analisar o que for posto em averiguação. Então, aqui somos inquiridos a apresentar o que realmente se buscou neste estudo.

## **2.2 A Inserção em Campo e os (as) Interlocutores (ras) da Pesquisa**

Para alcançar tais respostas, no dia seis do mês de abril do presente ano, fui a campo, ocasião a qual fui recebida pela coordenadora e Psicopedagoga (em formação) do Projeto Reconstruir sede I, ressalto, na Av. Osório de Paiva, 3380, Bonsucesso – Siqueira – Fortaleza Ceará. Ocasão esta, que me rendeu conhecer dados como o número de participantes atendidos pelo Projeto em estudo, os quais entre crianças e adolescentes, somam setenta e cinco (75) e que recebem atenção básica. Também, há outros serviços que são direcionados para o acompanhamento dos familiares em outros projetos, os quais não serão relatados neste

estudo, mas que pertencem ao Instituto e têm a mesma proposta de ressocializar e garantir melhoria econômica aos participantes.

Compreendido como um dos critérios deste estudo a relevância que há em conhecer o perfil do maior número possível de atores desta pesquisa, achamos conveniente inserir algumas informações relacionadas aos profissionais e familiares, já ressaltando que, por motivos éticos conforme os ditames das resoluções 466/2012 e a 510/2016, as quais usaremos neste estudo, para nos embasar legalmente a respeito do que elas ressaltam sobre a participação de humanos em pesquisa.

Conforme esclarecimento segue os dados dos participantes diretos nesta pesquisa, onde também, estaremos nos referindo a cada um conforme suas funções e espaço familiar.

## ROTEIRO DE ENTREVISTAS PARA COLETA DE DADOS

**Tabela 1 - Perfil Biográfico Profissional dos Sujeitos desta Pesquisa**

<b>Identificação Profissional</b>	<b>Formação Acadêmica</b>	<b>Função exercida</b>	<b>Tempo no Projeto</b>	<b>Vínculo</b>	<b>Significado do Projeto</b>	<b>Qual Motivação</b>	<b>Experiências Profissionais</b>
Coordenadora	Cursando(8 <sup>o</sup> /s) Psicopedagogia	Coordenadora	3 anos 2 m	Funcionária	Experiência Profissional	Amor em ajudar vidas	Educadora Social
Assistente Social	Serviço Social	Assistente Social	9 meses	Voluntária	Oportunidade profissional	Necessidade do projeto	Professora
Aux. Administrativa	Tec. de Enfermagem	Aux. Adm.	2 anos 6 m	Funcionária	Experiência profissional e Espiritual	Amor em ajudar vidas	Tec.Em enfermagem
Professora	Cursando 4 <sup>o</sup> /s de Pedagogia	Professora	3 meses	Funcionária	Experiência profissional e Espiritual	Amar o que faz (Ensino)	Aux. de ensino/infantil
Professor de Dança	Ensino Médio (completo)	Professor Hip-Hop	2 anos 2m	Funcionário	Experiência profissional	Amor em ajudar vidas	Garçom
Aux. de Serviços Gerais	Ensino Fundamental (7 <sup>o</sup> /a)	Aux. S. gerais	01 anos	Voluntária	Gostar do que faz	Necessidade da Instituição	Serviços gerais (15anos)

**FONTE:** pesquisa de campo.

## ROTEIRO DE ENTREVISTAS PARA COLETA DE DADOS

Tabela 2 - Perfil Biográfico Familiar dos Sujeitos desta Pesquisa

Identificação Profissional	Escolaridade	Idade	Profissão exercida	Membros Familiar	Renda Familiar	Tipo de moradia	Nº de adultos
Mãe 01	Ensino Fundamental	50 anos	Doméstica	04	1 1/2 salário	Próprio	4
Avó 02	Ensino Fundamental 6º/a	51 anos	Doméstica	05	3 salários	Próprio	5
Mãe 03	Ensino Fundamental	25 anos	Vendedora	04	2 salários	Próprio	5
Mãe 04	Ensino Fundamental 7º/a	Não informou	Aux. Serviços Gerais	03	Bolsa Família	Próprio	3
Arranjo Familiar	Pai;Mãe; Filhos	Mãe: 01; 03	Formação familiar	Adultos	02; 02 04	Mães:01;03;04 Avó 02	
	Mãe; Filhos	M 04		Adolescentes	01 01	Mães: 01; 04 Avó 02	
	Pai; Filhos			Crianças	01;02	Mães: 01; 02	
	Avós; Netos	Avó 02		Idosos	01; 01	Mãe:03 Avó 02	
	Outros			Agregados	01	Mãe 03	

FONTE: Pesquisa de campo.

Nesta mesma oportunidade, fiquei sabendo sobre os vínculos que existem entre os profissionais e a instituição, sendo que dos vinte e um (21) somente três (03) são voluntários, sendo uma copeira, uma auxiliar de serviços gerais e a Assistente Social. Todos trabalham em dias alternados, com exceção da Pedagoga e da Coordenadora, pois ambas têm carga horária semanal e expediente em curso normal, manhã e tarde; os demais têm horários flexíveis, porém fixos, e têm suas carteiras assinadas (salário base).

Fato tomado como critério para que um profissional se vincule aos projetos do Instituto, segundo informação repassada pela Coordenadora, este deve ter vínculo em comum, digo, ser membro de uma Igreja Evangélica<sup>6</sup>. Atualmente, somente a Assistente Social não é

<sup>6</sup> Preocupado com a relação que há entre o direito constitucional e a liberdade religiosa, Silva teve o cuidado de direcionar aos não avisados ou para fins de conhecimento, a importância que se deve ter tanto o sujeito religioso quanto aquele que está como empregador, ao fato de que as leis vigentes têm peso igual para todo e qualquer cidadão, sem distinção. Com base na Constituição Federal, o artigo traz esclarecimentos de grande relevância.

evangélica, quanto aos demais, todos são participantes da Igreja Logos, inclusive, o Pastor geral desta Instituição, juntamente com sua esposa, também são Diretores do Instituto Logos Restaurando vidas. Apesar da concentração de profissionais pertencerem ou terem interesses em comum com a Igreja Logos, o Instituto está aberto para outros profissionais, ressaltando que a condição de pertencer ao meio evangélico é base fundamental<sup>7</sup>, mas que o Instituto não se fecha para outros seguimentos religiosos, desde que os interesses e fundamentos a serem postos como base, sejam estabelecidos pelas normas vigente do Instituto. (Palavras extraídas do diálogo com a Coordenadora A.C.)

Neste mesmo encontro ficou confirmada uma data provável para uma nova reunião com a diretora administrativa, com a qual seria determinada uma possível confirmação da aprovação da pesquisa em curso. Dez dias depois foi possível este encontro. Quanto à resposta, foi bem aceita por parte da administração. Contudo, naquele dia não obtive a aprovação da pesquisa, visto que o diretor geral deveria dá o aval desta decisão e o mesmo encontrava-se em viagem, e naquele momento, impossibilitado de analisar a solicitação/permissão, que no período de espera por esta data, já havia antecipado para ser lido e assinado, caso fosse aprovada a pesquisa. Devido às circunstâncias, só me restou ficar aguardando um retorno.

Foram sete dias de espera, apesar de ansiar por este dia, valeu a pena, pois a pesquisa foi aprovada. Todo este processo se deu entre os dias seis e vinte e cinco de abril do corrente ano. No dia vinte e sete, foi minha primeira experiência oficial como pesquisadora. Para meu primeiro momento na Instituição, fiquei aguardando o término de uma reunião interna. Ainda assim, não foi tempo perdido, fiquei observando uma atividade esportiva que ocorria no campo de futebol do projeto. Pude perceber o quanto aqueles adolescentes se sentiam realizados e prazerosos com aquele incentivo.

O professor em todo o tempo se mantinha atento às atitudes e coordenava os lances entre os jogadores em campo e os da reserva. Observei também, que havia respeito entre professor e participantes. O que não fugiu à regra foi a atividade ser tipicamente ousada e os

---

Como conclusão deste esclarecimento, vale citar um breve trecho do artigo em questão: “O princípio da igualdade requer uma análise mais apurada, pois é sabido que existe uma enorme complexidade de se identificar até onde vai à igualdade e quando passa dos limites e começa a inconstitucionalidade sobre o princípio”. (2012, p. 156)

Segundo Mello (2010, p. 10, apud SILVA, 2012, p.156), “A Lei não deve ser fonte de privilégios ou perseguições, mas instrumento regulador da vida social que necessita tratar equitativamente todos os cidadãos. Este é o conteúdo político-ideológico absorvido pelo princípio da isonomia e juridicizado pelos textos constitucionais em geral, ou de todo, assimilado pelos sistemas normativos vigentes”.

<sup>7</sup> “Nessa mesma linha de raciocínio, temos o artigo 7º da Constituição de 1988 onde fala sobre as regras materiais de igualdade perante trabalhadores, assim reduzindo a desigualdade, pois esses são os objetivos maiores de tal princípio”. (apud SILVA, p.156)

jogadores entre si, quebraram regras de bons moços e as palavras de xingamento, ainda que em virtude do momento, foram proferidas. Nesta hora via como regra de boa vizinhança, os de ânimos “esquentadinhos” serem encaminhados para o banco de reserva antes do tempo determinado para cada participante. Terminado o tempo do jogo masculino, começou outra partida, agora amistoso entre meninas e meninos. O que não foi aceito por parte das meninas que queriam jogar sem a participação dos garotos. A decisão foi acatada pelo orientador, mas que aborreceu o time masculino, visto que, não queriam sair de campo. Diante do impasse mencionado, prevaleceu o apelo do time feminino.

Ao conduzir-me a sala da Coordenadora, foram ajustadas as próximas visitas, os critérios a serem tomados para um melhor aproveitamento de tempo e a condição de atendimento por parte dos integrantes do Projeto. É bem verdade que, mesmo com estes cuidados, houve muitos empecilhos para que tudo fosse integrado. Tive desencontros pessoais que me impediram de seguir o agendamento, também houve comemorações e reuniões internas na Instituição que geraram mais atraso na agenda. Durante todo este período, a corrida contra o tempo não parava, e as orientações para um trabalho bem sucedido se tornavam cada vez mais apreensível, afinal, o tempo de entrega de conclusão se aproximava e o conteúdo não prosseguia.

Com as visitas em andamento, fui colhendo e observando tudo que me era possível, inclusive, consegui considerar a delimitação do objeto de estudo, isto é, antes desta trajetória, havia uma visão geral sobre o Instituto Logos, sendo até o momento, este o principal seguimento para a pesquisa. Resumindo, o tema que antes deste momento, era Projeto Restaurando Vidas do Instituto Logos: uma Análise das Estratégias de Enfrentamento à Pobreza Desenvolvida no Bairro Bonsucesso em Fortaleza – Ceará, foi redefinido de acordo com o tema principal agora apresentado e desenvolvido neste trabalho, ou seja, foi por bem considerar apenas o Projeto Reconstruir e não mais o Instituto como o todo.

Entre uma conversa e outra com a coordenadora, não pude deixar de escapar do objetivo pelo qual estava neste lugar, ressalto que muitas destas informações serão tratadas logo mais, assim, me reservo a citar neste parágrafo e no seguinte, o principal alvo do Projeto Reconstruir que é o cuidado infanto-juvenil em condições de vulnerabilidade social e que os mesmos, estão na faixa etária entre seis e dezesseis anos de idade.

O segundo ponto inerente ao objetivo do Projeto é trabalhar atividades que na sua construção traga não apenas lazer, mas principalmente, conhecimentos. Segundo a coordenadora, o Projeto procura relacionar as atividades e o cuidado, mediante as faixas etárias onde à criança e o adolescente tenha não só as suas necessidades peculiares

respondidas, mas também, seus direitos preservados. Com isto, a inclusão da família de forma participativa, vem concentrar melhores resultados. A ideia de que a educação é um vetor capaz de transformar, a “instituição se afirma no consenso de que educar é restaurar vidas” (Frase registrada nos informes do Projeto). Neste caso, há visitas domiciliares por parte da Psicopedagoga e a Assistente Social, uma vez por semana (às segundas-feiras), ou quando há casos que requer urgência no atendimento, por exemplo, a ausência prolongada da criança na Instituição, ou mesmo, quando chegam ao conhecimento dos responsáveis pelo Projeto, situações que de qualquer forma pode trazer prejuízo ao desenvolvimento dos integrantes assistido pelo Projeto, configura-se como motivo para que se realize a visita domiciliar.

Tomo por exemplo do que aponto acima, o fato que me foi narrado em entrevista. O caso de uma criança que se encontrava ausente das atividades do Projeto, ausência que estava sendo motivado por razão da criança está sendo aliciada pelo narcotráfico, sendo assim, motivada a tarefas que lhe consumia todo o tempo livre, impossibilitando-a a outras tarefas. Com base na denúncia, os profissionais responsáveis por fatos inerentes ao desfecho social dos participantes assistidos, tiveram a iniciativa de realizar uma visita e tomar as devidas providências a tal fato.

Segundo relatos do profissional, esta é uma atividade de praxe e que é classificado como uma ação de caráter urgente. Assim, o Projeto segundo a pessoa entrevistada, busca conciliar e atender as demandas que estão na sua tutela. O que deixa bem claro que não tem como ter um maior alcance, devido às limitações que se apresentam dentro do quadro financeiro e da falta de estrutura física do local em que está funcionando o Projeto.

A respeito disso, também fui informada que está sendo construído um prédio, com medidas e estruturas adequadas para atender, tanto o Projeto Reconstruir, quanto os outros projetos do Instituto Logos, os quais estão desativados por falta de estruturas para o funcionamento.

No próximo capítulo, é ressaltada a principal motivação pela qual, não só o objeto de nosso estudo, mas de toda a sociedade, tem enfrentado tantos desajustes ao se tratar de seus direitos e da própria sobrevivência.

### 3 A QUESTÃO SOCIAL, A POBREZA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS

#### 3.1 Discussões Conceituais sobre a Questão Social

De acordo com as primeiras considerações aqui citadas sobre o panorama econômico e social, apresentamos um breve relato da desigualdade de classes, onde a pobreza tem destaque e que, a mudança na forma de dominação nestas duas áreas, trouxe consigo movimentos que modificaram a história, contribuindo assim, para o desenvolvimento da vulnerabilidade social. Podemos nesta etapa, considerar que desde o nascimento do capitalismo até os dias atuais, com base nas leituras aqui apresentadas, que ao se tratar de mudanças, de concentração de riquezas, de exploração e de consolidação de poder, não se pode negar que os propósitos do sistema capitalista têm se tornado cada vez mais forte e estratégico, ou seja, as mudanças foram tão somente para o crescimento da miséria e desfortuno do proletariado.

O que se instaura nesta fase da história desde a tomada de poder das mãos dos senhores feudal e em resposta a uma aliança de negociação desigual, foi uma nova condição subumana, que tomou proporção devastadora e irreparável por todos os séculos seguintes até então vividos. Os comerciantes que se juntaram aos camponeses e aos artesãos, para criarem um novo sistema no qual seria destituído o poder dos senhores e implantado uma nova ordem social, onde a escravidão deixaria de existir e a liberdade seria estabelecida, na verdade foi um golpe.

A liberdade era o desejo dos muitos pequenos produtores, aliás, esta condição é também a arma que os novos senhores usam para consolidar os grilhões, afinal os ditos comerciantes já tinha em seu histórico a fama de bons exploradores, isto é, as terras desbravadas por estes, passaram a consumir cada vez mais os produtos os quais estes lhes repassava. Eram perspicazes quando se tratava de troca de bens e produtos. A sociedade capitalista tem sua fecundação justamente neste momento histórico.

De acordo com Santos (2012, p. 28) chama a atenção para a importância que é saber distinguir os termos “pauperismo”, “desigualdade” e “pobreza”, justamente porque, ao fazer uma leitura sobre estes fenômenos, naquilo que “Marx ([s.d.], p. 25) escreve, em 1948”, a referida autora, afirma que “a pobreza” é uma condição “existente” desde “antes do capitalismo” e que “era determinada socialmente pela divisão entre classes”. Para Santos (2012, p. 29), esta condição:

Devia-se, principalmente, ao baixo desenvolvimento das forças produtivas que deixavam, por exemplo, a produção agrícola inteiramente vulnerável às pragas que acometiam as plantações ou outras catástrofes naturais, produtoras de longos períodos de fome e epidemias nos países do “velho mundo”.

Ainda segundo a reflexão da autora, os fatos citados, não cessaram por causa do conjunto de técnicas que o desenvolvimento capitalista implantou. Não antes, provavelmente, podem ocorrer em qualquer tempo da história, visto que são fenômenos que são alheios a um controle específico, porém, são “processos” que “se intensificam na mesma medida em que se desenvolve o modo de produção capitalista”, onde se apresentam como impactos que caracterizam uma nova conjuntura social, como também a razão pela qual a pauperização se torna expressiva.

Quanto à reflexão acima, a autora define como a razão pela qual se pode relativamente compreender a natureza da pobreza, entretanto, é importante dizer que, os fenômenos que a determina, divergem dos que implantam o pauperismo, isto é, enquanto o primeiro termo é aguçado devido a fatos anteriores e inerentes “a desigualdade entre as várias camadas sociais” e, em razão da capacidade que cada um tinha em conquistar bens sociais, isto é, “[...] a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas [...]”.

Podemos dizer que a intensificação que o capitalismo fez “emergir” o desenvolvimento e a ordem econômica e social, é também, segundo a fala da autora: “[...] o marco histórico do conjunto de fenômenos que, incluindo o pauperismo, mas também se reproduzindo para além dele, se considera aqui como gênese da ‘questão social’”. O que também é notório, é que a desigualdade é intrínseca nas formas mais amplas das expressões da questão social; o que nos faz acreditar que esta expressão é o fio condutor das relações que permeiam a identidade das classes, o trabalho e o capital, e lógico, a pobreza e o pauperismo.

O que se pode abordar nesta discussão, é o fato de que a miséria implantada no seio daqueles que estão sob os favores do capital, além de ser a causa de inúmeros estudos, com uma infinidade de objetivos, foi à razão principal, para que os oprimidos pela ganância por parte da relação “trabalho capital”, viesse a se organizassem em protesto e resistência as circunstâncias emanadas e a eles impostas pelo sistema capitalista. Por via das dúvidas, trataremos no próximo capítulo das causas que constituí o efeito rebote, causado pela relação já mencionada. Com efeito, aqui ressaltamos o que o capitalismo tem imposto como condição de vida ao proletariado, ou melhor, não há uma condição digna para o proletariado considerar, então, apresentamos o que o cidadão segundo a concepção capitalista “não tem direito”.

Sob este aspecto, vemos todos os dias dentro de nossos lares, assim como ao nosso redor, cidadãos serem submetidos ao desemprego, a fome, a falta de segurança e de educação. Pessoas sendo marginalizadas, expostas ao relento na condição de sem teto, vivendo na rua por falta de moradia; consequência da “transformação do imenso contingente de lavradores expropriados em trabalhadores assalariados”. Santos (2012, p. 34). Mesmo, e ainda que o cidadão esteja sob a tutela do que a Constituição Federal estabelece:

São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, a realidade vivida não condiz com o que está previsto em lei. (CF, 1988. p. 13-19)

O que as fontes de pesquisas têm mostrado ao longo dos anos é que a pobreza não tem dado trégua. Podemos comprovar estes dados, fazendo uma leitura daquilo que a sociedade vem apresentando como resposta as muitas políticas de inclusão e aos programas de assistência. De acordo com Santos (2012, p. 142), desde que:

A Lei Eloy Chaves, em 1923, ocasião que é dado os primeiros passos para a criação da “caixa de aposentadoria e pensão dos ferroviários, embrião do que viria a ser”, o sistema previdenciário brasileiro, as políticas sociais têm aumentado desenfreadamente e, nem mesmo assim, a pobreza tem diminuído.

O que nos faz entender é que tal fenômeno tem uma razão óbvia: os direitos estabelecidos em leis e programas assistenciais são de cunhos elitistas, onde o poder determina o que é para quem deve ser dispensada atenção básica.

O nível de desigualdade no país tem um índice de indicadores a ser seguido, onde cada aspecto relacionado ao indivíduo deve ser padronizado e catalogado de forma que, seja comparado a outros aspectos e correlacionando-os, se chegue a um índice da sua atual condição social e econômica dentro de todo sistema. Para esta tarefa o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), periodicamente, realiza levantamentos minuciosos sobre todas as possibilidades junto a sociedade, concluindo com dados que dão margem para tais comparações.

Como resultado desta fonte (IBGE) e das outras citadas neste trabalho, podemos extrair a certeza de que a desigualdade é um reflexo do que perpassa nas relações anteriormente mencionadas, e a prova de que é uma expressão irrefutável da questão social. Estes mesmos resultados, despertam as Nações personificadas no capitalismo, a estarem vigilantes sobre tal circunstância, isto é, as guerras, tomadas territoriais e, até mesmo, as revoluções ocorridas segundo relatos históricos, têm favorecido a chamada para as

necessidades dos milhões em estado de vulnerabilidade social. Ratificando que, o desempenho por parte dos olhares em direção a desigualdade, tão somente, visa o desarmamento das forças do proletariado. Sabendo que por causa das condições desfavoráveis e das grandes perdas sociais, como também da forma como é explorado, não só a força e o intelecto humano, mas também a própria natureza, pois o mundo tende a entrar em um segundo colapso econômico.

Behring e Boschetti (2011) relatam a respeito de um primeiro momento da história, que nos remete ao que se configura a realidade “da estrutura e das relações sociais”, as quais são peculiares aos acontecimentos que antecedem as grandes mudanças registradas no mundo político e econômico, e que, independente do tempo e espaço, tende a chamar a atenção do topo da pirâmide. Acontecimentos que se estruturou como respostas aos apelos gritantes de uma época, mas que pesam até hoje na história da humanidade. Acontecimentos como, “o crescimento do movimento operário, que passou a ocupar espaços políticos e sociais importantes como o parlamento, obrigando a burguesia a “entregar os anéis para não perderem os dedos”, [...] a conhecer direitos de cidadania política e social [...]”. A revolução ocorrida na Rússia no ano de 1917, a qual “fortaleceu o movimento operário internacional”, motivo pelo qual o capital estarrece e não consegue esboçar uma reação imediata. O monopólio do mercado e os grandes investimentos por parte dos bancos andam a passos largos.

A concorrência desenfreada “entre grandes empresas”; somados aos demais eventos, são fatos que promovem entre os anos de 1929 – 1932, a maior e mais conhecida crise econômica mundial, a “Grande Depressão”. Também, levou aos grandes investidores a repensarem suas estratégias de lucro e de manter o poder sob seu comando. Óbvio, que a experiência acumulada ao longo dos séculos, não permitirá que o capital abandone o círculo vicioso de controle sobre as grandes massas trabalhadoras e do consumo de produtos.

As chamadas crises tendem a manipular os efeitos do crescimento social, levando os montantes de desempregados ao desespero por uma chance de manter-se seguro no mercado de trabalho. Exatamente neste período a perspicácia do capitalismo torna a produção e o comércio mais competitivo. Segundo Antunes (2013, p. 23), as “mudanças e transformações ocorridas nos anos 80. Em uma década de grande salto tecnológico, a automação, a robótica e a microeletrônica invadiram o universo fabril, inserindo-se e desenvolvendo-se nas relações de trabalho e de produção do capital”.

Espaços que antes eram preenchidos por trabalhadores especializados, passam a terem menor ação humana. Com a nova versão de trabalho a redução de profissionais gera a

necessidade de incluir padrões específicos aos cargos ofertados. Esta marca do capitalismo produz na vida do proletário, grandes perdas. O que Antunes (2013, p. 47) classifica como “O mais brutal resultado dessas transformações é a expansão, sem precedentes na era moderna, do desemprego estrutural, que atinge o mundo em escala global. [...]”. Isto tudo traduzido, é a causa que leva a pobreza a deslanchar no abismo do pauperismo.

O pauperismo que se instala a partir do grande exército de desempregados, da má distribuição de renda, nas grandes aglomerações de indivíduos morando nas periferias/favelas, lugares estes, que em inúmeros casos, não há saneamento básico ou mesmo, atendimento a saúde, onde a insegurança ou a violência é cartão postal. Condições estas, que comprometem a cidadania, ao mesmo tempo em que desperta uma consciência de luta, ou antes, de indignação diante de toda esta eclosão sistêmica imposta a sociedade, onde o cidadão fica exposto a uma sobrecarga de trabalho e não conta com meios que garanta qualidade de vida para si e sua família. O ponto mais crítico para a população que se encontra neste estado de calamidade é saber, que o investimento a eles destinado, só tem importância devido ao superfaturamento obtido pelos órgãos que competem tal função. A prova desta colocação esta nos *outdoors* expostos em cada obra e planejamento, destinados as comunidades das periferias ou na sociedade de modo geral. Exemplo disso, expomos a seguir.

### Imagem1: Placa sinalizando obras públicas



Fonte: Site prefeitura de Fortaleza Ceará<sup>8</sup>

<sup>8</sup> Disponível em:

<<https://www.google.com/search?q=imagens+de+locais+em+constru%C3%A7ao++em+fortaleza+por+meio+da+prefeitura&client=firefox->>>. Acesso em: 27/06/2018

Olhando por este viés, compreendemos que a conjuntura da sociedade a qual estamos inseridas, emoldura um quadro de total transparência no que se configura uma sociedade em vulnerabilidade social. A visibilidade da pauperização estalada nas grandes cidades nos faz enxergar a concorrência desigual que há entre o proletário e o capitalismo, se no campo dos montantes de desempregados ou de trabalhadores que chegam ao fim do mês, sem uma renda proporcional as suas necessidades básicas, ou na retenção de direitos seguida da exorbitante carga tributária, a privatização de bens comuns, a valorização do redirecionamento do humano em substituição ao lucros/acumulação e até mesmo a destruição da natureza; todos são fenômenos que podemos classificar como valores que imbricam a relação capital e trabalho, isto é, são consequências que movem toda a estrutura da sociedade.

Em uma visão geral, podemos dizer, mediante as leituras que tomamos como base para este estudo, que o capitalismo é um sistema que além de movimentar um esquema em que têm como único objetivo o acúmulo e a implementação de rendimentos, também corrobora para a desmotivação do crescimento e enriquecimento do proletariado, retirando assim, as possíveis condições de igualdade entre os homens. Simultaneamente, joga todas as cartas para a própria ascensão. Seu poder manipulador e seus constantes investimentos reprimem qualquer menção protagonizada pelo trabalhador que, em sua singularidade, não tem suporte para superar as ramificações implantadas pelo capitalismo. Em contrapartida, a força organizada, as lutas sociais, e a resistência em massa, modificam e conquistam espaços onde o gigante sistema, deve se render ao discurso de repensar seus atos.

Outra forma de compreendermos a desigualdade ou expressões da questão social é analisar a dimensão que mais uma vez, as preocupações anteriormente mencionadas, se propagou. A referência mundial para as nações se concentra nas decisões tomadas por meio das Nações Unidas (2015, p. 1) e estas, considera que:

O ano de 2015 foi de muita efervescência para o debate sobre indicadores sociais. Foi aprovado, no âmbito das Nações Unidas (United Nations), o documento *Transformando nosso mundo: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável* que tem em seu horizonte a erradicação de todas as formas de pobreza; o combate às desigualdades dentro dos países e entre eles; a promoção de sociedades pacíficas, justas e inclusivas; a garantia dos direitos humanos e de igualdade de gênero; e a proteção do planeta e seus recursos naturais. O documento apresenta 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS, compostos por 169 metas que integram as dimensões econômica, social e ambiental do desenvolvimento sustentável. A orientação geral é “não deixar ninguém para trás”, o que se reflete, por exemplo, em metas que contemplam crianças e adolescentes, jovens e idosos (NAÇÕES UNIDAS, 2015, p. 1.).

Segundo a chamada inicial, o documento traz a ideia de transformar o mundo com ações que produzam menos desajustes sociais, econômicos e ambientais. Estabelecendo assim, pontes entre as classes e que possa produzir a paz entre os sujeitos e a sociedade. Causa pelas as quais, há muitas guerrilhas e, conseqüentemente, mais vulnerabilidade social. Ou seja, os movimentos e as lutas sociais, têm evidenciado as arbitrariedades de um sistema (capitalismo), que implantou no seio da sociedade, inúmeras expressões de caráter negativo, que trazem como método de estudo o conceito caracterizado por questão social.

Das muitas disfunções que a sociedade tem apresentado em resposta ao sistema capitalista, o documento acima citado, identifica-as e impõe como meta, a erradicação ou reparação dos danos estabelecidos por estes. Logo abaixo, listamos o que ficou registrado como apelo às Nações Unidas.

Encontramo-nos num momento de enormes desafios para o desenvolvimento sustentável. Bilhões de nossos cidadãos continuam a viver na pobreza e a eles é negada uma vida digna. Há crescentes desigualdades dentro dos países e entre os países. Há enormes disparidades de oportunidades, riqueza e poder. A desigualdade de gênero continua a ser um desafio chave. O desemprego, particularmente entre os jovens, é uma grande preocupação. Ameaças globais à saúde, desastres naturais mais frequentes e intensos, conflitos em ascensão, o extremismo violento, o terrorismo e as crises humanitárias relacionadas e o deslocamento forçado de pessoas ameaçam 4 reverter grande parte do progresso alcançado na área de desenvolvimento nas últimas décadas. O esgotamento dos recursos naturais e os impactos negativos da degradação ambiental, incluindo desertificação, secas, degradação dos solos, escassez de água doce e perda de biodiversidade aumentam e agravam a lista de desafios que a humanidade enfrenta [...]. A sobrevivência de muitas sociedades, bem como dos sistemas biológicos do planeta, está em risco. (ITAMARATY, p. 3-4)

A Agenda 2030 declara a maior das causas de separação entre os povos que é: “Reconhecemos que a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, incluindo a extrema pobreza, é o maior desafio global e um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável”. Uma das metas previstas na Agenda 2030, a qual o Brasil pôs em prática, foi a criação do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). Onde se pode dentro destas metas, conhecermos os muitos que vivem sob condições de miséria, ao mesmo tempo, em que são apresentadas e reconhecidas as variações da questão social.

Ademais, é fato que este movimento das Nações, produz a inquestionável realidade histórica da miséria, onde as expressões abordadas por meio documental têm seu reconhecimento oficial por parte do Poder. Desta feita, ainda que de forma camuflada, digo, sob um olhar característico do capitalismo, o qual pondera os resultados dentro de suas razões e interesse, a Agenda 2030 nos remete uma visão clara, daquilo que os estudos sociais têm

apontado, isto é, há uma severa política de ordem classista e um resultado irrevogável de indivíduos sob a mira de um sistema impiedoso.

Para constatar, Fortaleza capital do Ceará, onde fica nosso campo de pesquisa e que também conta com o apoio das estratégias do MDS, podemos fazer a leitura da grande massa que está sob a tutela do Programa Bolsa Família (PBF). O PBF é fundamentado na transferência de renda direta aos componentes beneficiados, sendo estes, cidadãos que segundo a concepção da Política Social, que conduz este e outros programas similares, tem seu corpo composto por famílias que estão em situação de extrema miséria, ou em estado de pobreza comprovadas, e que para a sua sobrevivência, se faz necessário que haja um custo benefício advindo do Estado em função do cumprimento da Agenda 2030.

Com esta estratégia em andamento, o PBF condiciona a tais indivíduos uma possibilidade de suas necessidades básicas serem atendidas. Para que as famílias estejam dentro do quadro do PBF, devem estar dentro das margens de rendimento e qualidade socioeconômica descrita pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, sendo famílias que se encontrem em condições “extremamente pobres (com renda mensal de até R\$ 85,00 por pessoa), ou pobres (com renda mensal de R\$ 85,01 a R\$ 170,00 por pessoa), identificadas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal”.

Sob estas perspectivas, os dados apresentados pelo site do governo referente ao PBF, no município de Fortaleza, deixam claro, o número de família que se encontra em condições de extrema pobreza e, que para terem suas necessidades razoavelmente atendidas, devem ser cadastradas nos programas do governo. Para estes, esta é a única forma de suprir suas necessidades, ou seja, das 2.452.185 habitantes da capital cearense, 388.354 famílias são inscritas no Cadastro Único dentre os quais 199.486 recebem auxílio bolsa família, o que ainda segundo dados apresentados, o valor em média repassado é de R\$ 160,67 mensais por família.

Numa rápida consulta aos dados acima, levando-se em conta uma família em extrema pobreza, e em contra partida, comparar o custo de vida necessário à outra que é classificada como pobre, porém, em condições de viver em relativo bem estar social e econômico, apresentaremos a análise da pesquisa do Departamento Intersindical de Estatística e Estudo Socioeconômico (DIEESE), onde é comparado valores da cesta básica nas capitais do Nordeste e na capital do Rio de Janeiro, a qual foi avaliada como a mais cara do país em relação às demais. Sendo estimado em virtude dos dados obtidos na avaliação, que o salário mínimo em média tivesse que ser:

Em março de 2018, o salário mínimo necessário para a manutenção de uma família de quatro pessoas deveria equivaler a R\$ 3.706,44 ou 3,89 vezes o salário mínimo nacional, de R\$ 954,00. Em fevereiro, o salário mínimo era de R\$ 3.682,67, ou 3,86 vezes o piso mínimo. Em março de 2017, o mínimo necessário foi estimado em R\$ 3.673,09, ou 3,92 vezes o piso mínimo de R\$ 937,00. (DIEESE. OBS: A CESTA DE MACEIÓ DEIXOU DE SER CALCULADA EM JANEIRO DE 2018)

Para que possamos compreender melhor segue a tabela abaixo:

**TABELA 3 - Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos Custo e variação da cesta básica em 9 capitais Brasil - março de 2018**

Capital	Valor da cesta	Variação mensal (%)	% do Salário Mínimo Líquido	Tempo de trabalho	Variação no ano (%)	Variação em 12 meses (%)
<b>Fortaleza</b>	<b>389,00</b>	<b>1,64</b>	<b>44,32</b>	<b>89h43m</b>	<b>5,86</b>	<b>-4,85</b>
<b>João Pessoa</b>	349,83	-1,22	39,86	80h40m	6,16	-6,51
<b>Recife</b>	342,46	-3,82	39,02	8h58m	73,10	-3,86
<b>Natal</b>	343,26	-1,63	39,11	79h10m	3,65	-5,73
<b>Aracaju</b>	339,77	-0,53	38,71	78h21m	-0,07	-3,42
<b>Salvador</b>	322,88	-4,07	36,79	74h28m	1,97	-7,66
<b>Natal</b>	343,26	-1,63	39,11	79h10m	3,65	-5,73
<b>São Luís</b>	353,16	-1,00	40,24	81h26m	5,70	-3,05
<b>Rio de Janeiro</b>	<b>441,19</b>	<b>0,65</b>	<b>50,27</b>	<b>101h44m</b>	<b>5,37</b>	<b>2,29</b>

Fonte: DIEESE - Obs: A cesta de Maceió deixou de ser calculada em janeiro de 2018 (adaptada).

O que se pode constatar é que uma família que está dentro da estatística da extrema pobreza, com uma renda base de R\$ 85,00 por pessoa, para alcançar uma renda favorável ao estimado pelos dados apresentados, deveria ser composta por aproximadamente 43 membros. Fato este, que foge a realidade da família brasileira, salvo alguma exceção não buscada por este estudo, assim como, também seria inconcebível aos próprios critérios de cadastramento do PBF.

Compreender-se que o estudo realizado pelo DIEESE, traz para o debate a consideração de que a renda estimada em pesquisa para que se possa suprir a necessidade básica de uma família de quatro membros, deva ser de R\$ 3.706,44, é uma realidade que foge ao trabalhador brasileiro, pois a renda mensal em vigor, atualmente, corresponde a um salário

mínimo de R\$ 954,00; sendo, que está abaixo da estimativa em estudo, conseqüentemente, fica claro a desvalorização da força do trabalho, a exploração e superfaturamento nos produtos, e ainda, revela que toda a renda obtida por tal família, deva ser destinada praticamente só para a alimentação, sendo sucumbidos todos os demais direitos já citados e garantidos constitucionalmente.

Para que o caos econômico, político e social não se estabeleça e tome proporções irreversíveis, o Estado entra em ação por meio das Políticas Públicas. Assunto que trataremos neste novo ponto.

### **3.2 O Estado e as Políticas Públicas**

Pegando a deixa do assunto anterior, onde buscamos humildemente apontarmos, referências que trazem a concepção de que o sistema capitalista seja o protagonista e mentor do surgimento da questão social; conceito este, que traz como uma das suas principais pautas, a condição e disseminação do pauperismo. Observa-se que o foco e concentração dos fatos narrados, têm afetado em primeira instância as grandes potências econômicas; porém, não se pode negar que os países de menor poder aquisitivos receberam orientações e seguiram rumo ao desenvolvimento imposto pelo sistema capitalista. Segundo Fernandes (1987, p. 75 apud Behring e Boschetti, 2006), “a expansão interna do capitalismo não era exatamente uma escolha, porque decorria de posição prévia do país na economia internacional”.

Bom é lembrar que, o Brasil, apesar de ter no seu currículo, um atraso considerável no seu desenvolvimento econômico e industrial, também apresentou sua contribuição para o “salto ontológico<sup>9</sup>” no contexto do capitalismo. Pelo menos é o que se esperava de uma sociedade que se constitui em desenvolvimento. Infelizmente, o contexto histórico no qual ele foi germinado revela fortes indícios de que não haveria mudanças benignas para seus compatriotas. Na sua evolução, deixa de apresenta como resposta o que em outras nações dentro das mesmas expectativas e em menor grandeza, o fizera. Segundo o que se sabe da história, podemos até afirmar que: o Brasil foi programado para dar bons frutos.

O que queremos explicar com esta metáfora é o fato de que o capitalismo se encontrava em vigor e fazendo aliados por todos os continentes, e a grande ideia da época era

---

<sup>9</sup> Conforme Lukács (vol. II, p. 17-18, apud Cf. LESSA. Obra citada, p. 27- 29), salto ontológico é o “momento predominante” no processo “do desenvolvimento” de uma “ruptura das formas de ser”, isso é, consiste simplesmente no processo de anulação de um estágio para outro. Caracterizando-se como salto ontológico, exatamente o momento e a metamorfose em que tudo ocorre por meio desta ruptura e em virtude, digamos, de outra consistência, agora potencializada, porém, todavia, sem perder suas prioridades iniciais, o que não seria possível esta acessão, sem que houvesse toda está dinâmica.

justamente, produzir frutos que lhe trouxesse muitos rendimentos. A visão capitalista conduziu muitas embarcações com o intuito de encontrar novas terras e extrair suas riquezas. Com o Brasil não foi diferente, isto é, ele tem em suas raízes as marcas da exploração, do cuidado excessivo em deportar seus bens comuns a outras terras, de desfigurar sua gente em troca de bugigangas e coisas de pouco valor. Por causa desta construção desconstruída em obter vantagem, sobre em tudo o que se quer, é que conjecturamos a ideia de que o país trás no seu gene, o capitalismo como fonte de domínio.

Quando na sua redefinição de modelo econômico, no início do século XX, foi apresentada a sociedade uma resistência em adotar regras que redigisse uma nova marca para sua história; passa de um país agrícola, para a moderna atuação industrial, sem, no entanto, adotar um novo modelo de trato com sua gente. Nesta fase, muitas mudanças também vêm junto com o novo status. O país ganha notoriedade junto às nações, tanto em seus aspectos de desenvolvimento como no campo político, garantindo com isto, crédito financeiro junto aos investidores internacionais.

Somado a isto, a urbanização resultante do êxodo rural, resultante da falta de renda, e estruturas nas pequenas cidades, trouxe um aspecto de extrema importância para o padrão econômico recém-adotado. O mercado humano ou, força de trabalho, transformada em mercadoria é de largo, o desempenho que se esperava de uma sociedade que até há pouco tempo tinha na sua conduta, um modelo escravagista, fato que não trouxe grandes mudanças para os trabalhadores que seguiam sendo explorados, mesmo quando se intitulavam como livres. A mão de obra em grande escala é resultante de uma velha aliança formada entre camponeses e mercadores, que juntos, aparentemente, tinham o sonho da liberdade e da igualdade de direitos. Inicia-se aí, o sonho de um país melhor.

O que não se esperava, era que esta mesma condição, viesse a confrontar outros aspectos que, até então, não estava no cronograma das mudanças. Havia registros de más condições de trabalho e de motins por toda parte. O País vivia uma variedade de decisões políticas, sociais e econômicas, porém, em nenhuma delas o trabalhador tinha seus direitos consolidados. Segundo Behring e Boschetti (2011, p. 73 - 74), neste momento da história:

O Estado é visto como meio de internalizar os centros de decisões políticas e de institucionalizar o predomínio das elites nativas dominantes, numa forte confusão entre público e privado. [...] assim, a democracia não era uma condição geral da sociedade: estava aprisionada no âmbito da sociedade civil, da qual faziam parte apenas as classes dominantes, as quais utilizavam o Estado nacional nascente para o patrocínio de seus interesses gerais.

O Estado em sua estrutura política, neste momento da história, ganha forças, mas o proletariado do outro lado começa a articular a realidade vivida a ideia de oposto, das contradições, ou seja, era necessária uma tomada de decisão. Foi sentindo os maus tratos sociais que os sujeitos se atentaram para as reivindicações, que começam a se articularem em grupos, a discutirem as condições precárias em que se encontravam. O que segundo Martinelli (2011, p. 43), este novo quadro se tornava “num verdadeiro movimento de contrários, burguesia e proletariado moviam-se incompativelmente no cenário social, lutando por objetivos opostos”.

A essa altura, o Estado já não pode mais negar suas responsabilidades em meio a todas as evidências das necessidades apresentadas por seu povo. A parte boa da trajetória que se inicia desde a chegada dos colonizadores ao Brasil até o momento de transição de política, econômica e social, foi a tomada de consciência por parte dos proletários. Estes passam a compreender, que há uma realidade difusa entre os que estão do outro lado da ‘dita sociedade’, isto é, se vêm como excluídos de direitos e sem o devido valor como cidadão. Germina nesta ocasião, a ruptura com as ideias de submissão absoluta, de trabalho escravagista. A emancipação ganha expressão.

Neste estágio, os movimentos sociais armam suas bancadas, tomam gosto pelo significado que há nas palavras democracia e cidadania, sendo estas representações da conquista de direitos e igualdade. Desta maneira Silva (2013, p. 268) ilustra este evento como um momento em que inspira no seu interior,

Novos sujeitos e condições objetivas para fazer da questão social o centro de preocupações do Estado e da sociedade. [...] do ponto de vista político, de um período em que o pensamento social se formou por diferentes matrizes ideopolíticas, do nacionalismo autoritário ao marxismo revolucionário. Nesta profusão de projetos e ideologias, a classe trabalhadora, antes servil, transforma-se em classe operaria como protagonista principal do processo de legitimidade da questão social no Brasil.

Este trajeto direciona para o que conhecemos como Políticas Sociais. Neste momento, a sociedade que inconformada com tantas injustiças, sofria a opressão da desigualdade social, ao mesmo tempo, em que não tinham o reconhecimento do valor de seus trabalhos, e que o tempo que dispunha aos próprios interesses, não era o suficiente para garantir qualidade de vida, com isto, ficavam a mercê da própria sorte, “em consequência, a vida desses trabalhadores que tinham sua energia vital rapidamente ‘consumida’ pelas fábricas através das extensas jornadas de trabalho (SANTOS, 2012, p. 37)”, passaram a se organizarem e timidamente fazerem menção da natureza das suas sortes.

Na mesma linha de raciocínio, segue a autora em mapear as razões pelos quais o momento histórico, registra um contexto que se apresenta sob um forte descaso por parte das autoridades, e que nos leva a associar os fatos, um total estado de calamidade. A autora traz na sua fala a soma de um montante de atrocidades, que configuram aplicação concreta da exploração e a ainda presente, escravidão, a mesma, camuflada no corpo de uma sociedade livre para cometer tais abusos, onde se podia observar desde “a ausência de investimentos em infraestrutura urbana, o desprezo pelas condições de vida operária, significativos níveis de morbidades, [...], doenças, fome, baixos salários”. (IDEM, IBIDEM. p. 37 )

Em ilustração a realidade apresentada pela autora, é apresentado como exemplo dos relatos citados acima, o trecho do depoimento chocante de uma criança de 11 anos, que traz na inocência de suas palavras, a crueldade de um sistema que não polpa o mais tenro dos humanos. O relato fala por si mesmo, porém, autentica o que anteriormente apontamos como a presença do trabalho escravo.

Sempre nos batiam se adormecíamos. O capataz costumava pegar uma corda da grossura do meu polegar, dobrá-la e dar-lhe nós [...] eu costumava ir para a fábrica um pouco antes das 6, por vezes às 5, e trabalhava até as 9 da noite. Trabalhei toda a noite certa vez, nós escolhíamos isso. Queríamos ter algum dinheiro para gastar. Havíamos trabalhado desde as 6 da manhã do dia anterior. Continuamos trabalhando até às 9 da noite seguinte [...] meu irmão faz o turno comigo. Ele tem 7 anos. SANTOS. (p. 36)

A cena desse relato chama a atenção para a incapacidade de fazer uso do bom senso, que segundo Montaño e Duriguetto (2010, p. 98) “A consciência é determinada pela realidade social, e ela é condição para sua transformação”. Com efeito, esta citação transcreve para este estudo aquilo que até agora, buscamos fazer alusão, ou seja, o processo que a sociedade mescla entre o poder e a alienação é sem dúvidas, e já mencionada anteriormente, o que Lukács, (vol. II, p. 17-18, apud Cf. Lessa. p. 27, 38 - 39) chama de “momento predominante”, ou “momentos de negatividade”, isto é, segundo esta nova colocação do termo, não há anulação do primeiro em função do segundo, antes, a teoria de Lukács reforça tudo que temos discutido neste estudo.

Num melhor esclarecimento, Lessa (2012, p. 38 - 39), constrói um diálogo entre Lukács e Duriguetto, onde ele, com a teoria da “exteriorização” ou de tudo que está exposto, é um advento positivo ou negativo, sendo que o “momento de negatividade” é o responsável pela consciência social. Ou seja, é a partir da realidade dos fatos, que acontece a “ruptura” e resulta no efeito da conscientização, da tomada de decisão. Enquanto isto, Duriguetto (2011, p. 98), ao equiparar o “tipo de consciência” se negativa ou positiva, “reafirma o que Lukács

apontou como o momento do salto ontológico. Lembrando que para haver a ruptura, se faz necessário ter consciência dos fatos que consubstanciam a realidade que se está inserido”.

Transportando a história para a atual realidade social, Martinelli (2011, p. 38 - 43), contextualiza o que acabamos de discutir, há um fato histórico que ocorrera por um período de um século, precisamente nos anos de 1775 a 1875.

É o “período áureo da Revolução Industrial. Enquanto “O brilho, que enchia de entusiasmo os donos do capital, também “ocultava” a verdadeira razão de tamanha expansão”. Uma realidade social vergonhosa, cheia das já citadas, contra versos. Realidade esta que fomentou a tomada de consciência de classe. Foi o marco do antagonismo entre o proletário e a burguesia. “o que determinava um grau de tensão permanente na sociedade”.

A reprodução das relações sociais tornava-se, no sentido mais amplo: o palco das disputas. Não temos pretensão de ir além do que já mencionamos em relação aos adventos e efeitos oriundos desta disputa. Contudo, queremos salientar, que é neste contexto “efervescente para o debate sobre indicadores sociais” que se encaixam todos os movimentos sociais que trazem como bandeira o sentido da coletividade, do respeito e dignidade, a resistência ao pregão do capitalismo e suas formas de opressão. Sim a liberdade, a equidade e a igualdade de direitos. Os sujeitos cada vez mais, estão se conscientizando da posição que é sua por direito e, têm nos movimentos sociais as diretrizes que norteiam as muitas demandas. O cidadão compreendeu que unindo a outro, sem distinção de cor, raça, etnia, gênero, religião, preconceito, cultura, ou qualquer forma de estereótipo, pode sim quebrar tabus, conquistar e fazer valer os direitos que foram negados em virtude da dominação capitalista.

Para Duriguetto e Montañó (2011, p. 236) “[...] foi a organização do proletariado como classe, [...] que forjou o reconhecimento da questão social por parte do Estado e da burguesia [...]”.ou seja o Estado depois de ter sofrido as muitas mutações na sua conceituação, mas uma vez tem sua estrutura especulada. Para Hegel (1770 - 1831. apud DURIGUETTO 2011, p. 31), a compreensão é que, a classificação ideal deva ser de um “Estado burguês no marco do movimento histórico real de desenvolvimento e consolidação da sociedade capitalista”. É em razão da ordem e funcionamento, que se apresentam os valores destinados às necessidades e viabilização de direitos em favor do proletariado, levando em consideração o que até aqui temos elegido como metodologia para o tema abordado neste ponto da pesquisa, podemos apontar este mesmo conceito como o modelo de Estado das últimas gestões governamentais.

Um Estado que é alheio aos seus deveres, que é separatista no dever de suas funções, fazendo distinção entre seus cidadãos, sua forma de abordagem é de caráter, quando não

opressora, tende a ser omissa. Por estas definições, as quais foram percebidas, dentro do contexto histórico, é que tomamos por bem a compreensão de que há uma cidadania dotada de direito. Lamentavelmente, para que houvesse, ou haja mudanças na conduta acima, reiteramos mudanças que se caracterizam como insustentáveis; se faz necessário o enfrentamento, as reivindicações, ou seja, as batalhas diárias que a sociedade precisa travar, para que o Estado queira, na verdade, seja obrigado a “reconhecer”, as pautas daqueles que estão sob sua jurisdição.

É ofensivo fazer esta leitura, isto é, tomar consciência da indignação dos milhões de trabalhadores que têm sua cidadania, e direitos subjugados, e só os adquirir por meio de uma guerra travada, na qual, não se pode descansar, pois ao acordar todas suas conquistas foram anuladas. A realidade que no presente momento nos é imposta, traz na íntegra o desmonte de todas as leis, emendas e as conquistas, as mesmas que por meio de tantas lutas e mesmo que insano, vidas foram sacrificadas em nome destas conquistas, as mesmas que hoje, estão sendo, na fala dos representantes que estão no poder, reformadas.

A reflexão acima, nos faz compreender então, que esta ação, está voltada para a ordem da hegemonia dominante, onde favorece inteiramente “A natureza de classe do Estado” onde no mais alto nível de sua soberania, automaticamente, este defende a “[...] função de conservar os interesses particulares dessa classe [...]”. (DURIGUETTO E MONTAÑO, 2011, p. 44)

Em se tratando das responsabilidades do Estado, Dias (2012, p. 8), conceitua: “O Estado como instituição criada por um contrato social tem um fim, um objetivo, que não pode ser confundido com os objetivos daquele que exercem o governo, que possuem interesses próprios que podem ou não coincidir com sua função social do aparelho”. Sobre esta referência podemos entender que esta fala, está dirigida, a contra proposta de um governante que tenha seus interesses em governar para um povo, que suas metas proporcionem a todos as mesmas oportunidades. Não, esta visão o torna oposto àquilo que o capital estabelece como regra. Quanto a esta proposta, Gramsci (2000b, p. 331. apud DURIGUETTO E MONTAÑO, 2011, p. 45) faz referência de que este modelo de governo desintegra “a classe dirigente” a qual o capital insiste em afirmar sua “capacidade de dirigir e organizar o consentimento dos subalternos, [...] elemento fundamental para o fortalecimento da dominação de classes”. Para Duriguetto (2011, p. 49) este fortalecimento se apoia no “liberalismo” no qual é “construído (sob) uma corrente de pensamento” dentro do que compreendemos, com uma política “organizada em torno dos interesses de classe da burguesia”.

Resta-nos então entender, na interpretação de Coutinho seguido de Bobbio (2006, p. 55 – 1993, p. 39, apud DURIGUETTO E MONTAÑO 2011, p. 49 - 50), que este cenário de disputa se concentra na “dimensão nitidamente política”, consistindo numa luta pelo poder e no desafio de “que não se pode realizar plenamente um sem limitar fortemente o outro”.

No mesmo seguimento, Dias (2012), apresenta argumentos que se fizermos um link à referência já citada, onde apresentamos a definição de Hegel, veremos que há uma enorme semelhança entre os dois argumentos. Agora, a ideia que nos faz percorrer este caminho é perceber que os dois conceitos são opostos; porém, ao compará-los, percebe-se a perfeita harmonia que há na política do “Estado Liberal: cada indivíduo agindo em seu próprio interesse econômico quando atuando junto a uma coletividade de indivíduos, maximizaria o bem-estar coletivo. É o funcionamento livre do mercado que assegura o bem-estar”. (BEHRING & BOSCHETTI, 2011, p. 56)

Se a última parte desta citação viesse a ter outros valores, ou se pudéssemos padronizar tal afirmação, dentro de uma dialética crítica, onde fossem revogadas as ideias de um Estado mínimo, ao invés disso, o número de pessoas em extrema pobreza fosse reduzido ao mínimo. E nesta inversão de valores, as Políticas Públicas ganhassem realmente a dimensão para a qual elas foram criadas, sem com isto, ter que haver duras batalhas para que os direitos venham a ser legalizados. Que pudéssemos descansar na certeza que a garantia de direitos e de oportunidades, estariam ao nosso alcance, sempre que aos mesmos recorrêssemos. Definitivamente o “bem-estar” alcançaria outra dimensão. Ou não.

Analisar ou Discutir, os inúmeros conceitos que se voltam para as propostas estabelecidas pelo Estado, ou encontrar argumentos que defina uma sociedade ideal, é sem dúvidas, a certeza de que nos faltará biblioteca para armazenar todas as obras. Lógico que, enumerá-las e apresentar cada uma das políticas sociais existentes, com ou sem suas respectivas prioridades, de todo, este trabalho não daria conta. Como estamos dando nossos primeiros passos, reconhecemos que não nos faltará motivações para estudarmos os brilhantes autores que disponibilizam seus conhecimentos e nos são tão indispensáveis na hora de trilharmos os caminhos da pesquisa. Para esta reflexão, nos apropriamos da riqueza que há na fala exuberante da autora Behring e Boschetti (2011, p. 22).

Consideramos que o melhor caminho para discutir (o Estado, vetor da) [...] política social seria o de situar o tema na história [...], como um processo inscrito [...], com seus momentos de inflexão, de ruptura e continuidades e que implicaram também mudanças conceituais, com fortes repercussões para a política social.

Com essa reflexão, somos incitados a seguirmos em busca de nosso objetivo. Deste modo, no próximo item percorreremos por momentos da história da infância e adolescência no Brasil.

### **3.3 Os Direitos das Crianças no Brasil**

Como já sinalizamos no item anterior, a amplitude que o tema política sociais ocupa, gera a especulação de que, posteriormente, possamos nos aprofundar nesta pesquisa, porém, neste item do capítulo, permaneceremos no mesmo seguimento o qual temos nos apresentado, ou seja, ficaremos apenas em alguns conceitos de base, como também nos colocamos em uma posição de aprendizes, sabendo que cada autor aqui apresentado dará vida a este estudo, como também, entendemos que futuramente outros pesquisadores, terão embasamentos espetaculares os quais, consolidarão sabiamente o desfecho deste trabalho. Portanto, buscaremos nos estender de forma sucinta, ainda que o tema venha requerer grandes colocações, queremos abordar somente aquilo que tem nos direcionado para esta pesquisa.

Podemos entender que cada uma das medidas sancionadas em forma de política social e que neste estudo, não ganhou autonomia em sua força de expressão, mas, que ficaram subentendidas, ou mesmo compreendidas, como já ditas anteriormente, por meio de conceitos, ou pelo resgate da história. O reconhecimento desses limites nos indica a necessidade de relembrarmos que o Projeto Reconstruir, sendo nosso campo de pesquisa e que seu público alvo são as crianças, impreterivelmente não poderíamos seguir, sem mencionar uma das políticas públicas, a qual tem a seu favor, conforme a apresentação inicial de sua carta magna, uma posição de primeira grandeza. Estamos chamando aqui, a atenção para a lei de nº 8.069 de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente.

Como toda política social, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), também segue os padrões registrados na história aqui mencionados. Sim, para que hoje as crianças tivessem seus direitos amparados em lei, foi preciso o reconhecimento da violação de direitos dos mesmos. A história registra uma trajetória que muitos não têm sequer, a curiosidade de questionar o porquê das crianças terem um Estatuto só para elas. Na verdade, vivemos sob um regime em que quanto menos informações nós tivermos, melhor para a ideologia capitalista. De novo o capitalismo centralizando nosso texto. Não poderia ser diferente, já que por causa da forma em que ele vem direcionando a economia, também torna-se notório o desajuste em todas as camadas da sociedade. Inclusive, como já apontamos no item anterior, o capitalismo não deixa de explorar ou de fazer uso do que ou de quem, estiver a sua frente.

Tomamos como exemplo, a citação referida no capítulo anterior. E pasmem-se, há registro tanto do abuso sexual, quanto da exploração infantil, desde sempre. Assim como, o povo nativo do Brasil tiveram suas vidas invadidas e saqueadas, sua cultura/costumes, seus valores, suas crenças, o mesmo ocorrera com as crianças. Segundo Priore (2013 p. 10), quando as grandes navegações estavam para partir em busca de novas terras, “as famílias em estado de extrema pobreza, vinham até os capitães e exploradores de terras, no intuito de que esses viessem a aceitar seus filhos para acompanhá-los”. Esta era uma forma de dar uma oportunidade para aos seus “reberos”. No conceito destes pais, seus filhos iriam sair da miséria em que se encontravam, mesmo sabendo que era ariscado e que os mesmo pudessem sofrer todo tipo de dor, ou até mesmo morrerem. Nada disso os impediam de terem tal atitude, visto que, se as crianças ficassem o destino seria a morte, enquanto na embarcação, haveria uma breve esperança para tudo dar certo. “As crianças subiam a bordo somente na condição de grumetes ou pajens, como órfãs do Rei enviadas ao Brasil para se casarem com os súditos da Coroa, ou como passageiros embarcados em companhia dos pais ou de algum parente”. (IDEM, IBIDEM. p.11)

Quando as crianças já estavam a bordo e as embarcações em alto mar, o trato era em extremo desigual, estes eram os que tinham por obrigação, fazer o trabalho nojento, também deixavam de ser alimentados, quando a escassez de alimento predominava durante a viagem marítima. Os grumetes e pajens eram obrigados a aceitar abusos sexuais de marujos rudes e violentos. Não havia nem uma proteção para as crianças e “aqueles que caíam da embarcação, principalmente, no caso de crianças, não havia muito a ser feito, mesmo quando o mar estava calmo. [...] Quanto mais nova a criança, maior o perigo de uma queda e menor a chance de sobreviver [...]. Crianças que tinham sua identificação pela função que ocupavam. De todos os embarcados, os Grumetes eram os que tinham as piores condições de vida. [...] não tinham qualquer direito à privacidade para si ou seus troços”, quanto aos pajens, estes ficavam a serviço da nobreza que “tinham um cotidiano um pouco menos árduo, e muito mais chances de alcançar os melhores cargos da marinha, sobre tudo servindo a algum oficial da embarcação”. (PRIORE, 2013, p. 11,15, 24,25)

Notemos neste trecho, como as crianças de qualquer classe social sempre tiveram seus direitos violados, até suas identidades eram desprezadas. No século XIV e XVIII, “a expectativa de vida das crianças” estimava-se entre 7 e 14anos, era hábito das classes “mais baixas, as crianças (serem) consideradas poço mais que animais, cuja força de trabalho deveria ser aproveitada ao máximo enquanto durassem suas vidas” (PRIORE, p.19). Se para

as crianças pobres era extremamente difícil, para os da realeza também tinha seus desamores.

A autora ainda acrescenta:

Um conto infantil português do século XVI, [...] classifica os dois filhos-nascidos de um rei como 'um macho e uma fêmea'. Essa forma de referir-se às crianças aproxima-se da categorização que os homens de quinhentos (anos) davam aos negros escravizados, vistos então como meros 'instrumentos vocais', ou seja, em instrumentos de trabalho capaz de falar. (IDEM, IBIDEM. p.11)

Assim, segue a autora Mary Del Priore a organizar a obra *História das Crianças no Brasil* (2013). As declarações feitas nestas narrativas nos levam a entender, que para cada época havia uma peculiaridade no trato com as crianças, que seja para nobres, oficiais, pobres ou escravos, suas crianças sempre estavam a ocupar o último lugar em suas prioridades. Assim, podemos rever o que a história marcou para as gerações, e vincular a este capítulo, tais reflexões, as quais nos levam a questionar alguns valores que a humanidade tem, ao longo dos tempos, infundidos nas suas sociedades.

Com o desfecho do parágrafo acima, queremos trazer a memória, o que foi narrado, lembrando a importância que há em sempre lembrar nossas raízes, conhecer a história de nosso país. A ideia de concentrar nossos conhecimentos na nossa cultura, nos nossos valores, em nosso povo, na sabedoria dos mais velhos, alguns fatos que, podem até não está nos anais da ciência, pode ser imputado como empírico, mas aí estão concentradas verdades que merecem serem investigadas, verdades, que vão além do que os registros podem identificar. Muitos sentiram na pele a força que tem uma, duas e quantas mais décadas se podem contar, vivendo em total escravidão.

O regime de governo muda, mas junto, o trabalho escravo só toma novos seguimentos, o que antes estava limitado a alguns, agora se estendia a toda gente. Por estes detalhes é que necessitamos conhecer o que está nas entrelinhas das conquistas. Enquanto os adultos se esforçam para se manterem no mercado de trabalho as crianças eram convocadas para jornadas exaustivas. Sob o risco de acidentes e de açoites conforme relatos citados por aquela criança de 11 anos que junto com o irmão de 7 anos, chegou a trabalhar por 27 horas seguidas.

Ao descrever este fato, nos vem à memória uma infância que apesar da semelhança, não chega a alcançar os abusos extremos que tantas outras vieram a sofrer, porém, sentimos impulsionados a quebra as regras da imparcialidade, quando nos colocamos como historiadores. O que queremos com isto é deixar registrado, como contribuição, a experiência da pesquisadora, ao que foi dito, que alguns sentem na própria pele o que outros provavelmente, só leem.

O que meus<sup>10</sup> pais ganhavam não era suficiente o bastante para oferecer uma melhor qualidade de vida aos nove filhos. E com a idade de sete anos, comecei a trabalhar, fui ser “babá”. A família onde fui trabalhar não era de todo carrasco; apenas não podia comer junto com eles, se um dos dois filhos caísse ou se machucasse eu seria punida com beliscões e “cascudos”, isto é, pancadas na cabeça. A vantagem é que eu tinha todas as refeições, mesmo que ficasse na cozinha com os outros empregados. Comecei a estudar aos dez anos através do grupo LIONS<sup>11</sup> - Clubs: Legião Brasileira de Assistência (LBA). Lembro-me que a professora não queria que eu ficasse, pois já estava fora de faixa e que não iria desenvolver as mesmas “tarefinhas”. Vencido o primeiro obstáculo. Foi quando meu pai me matriculou no Movimento brasileiro de Alfabetização (MOBRAL). No ano de 1983, consegui alcançar o objetivo, agora era seguir os estudos de acordo com as normas que a educação exigia.

No tocante ao que sempre o povo espera do Estado (Nação), é que haja respostas para as muitas precariedades, isto, desde a colonização, e assim tem sido. Na verdade, quando o país se torna independente de Portugal, surge aí a primeira esperança. Segundo Priore (2013, p. 192), a “Proclamação da República foi o marco que mais se teve expectativas de que o país viesse a ter foi na Constituição de 1934 que pela primeira vez a instrução pública apareceu como direito de todos, independente da condição socioeconômica”. Dizia o artigo 149 da Constituição Federal de 1988 que,

“a educação é direito de todos e deve ser ministrada pela família e pelos poderes públicos, cumprindo a estes, proporcioná-la a brasileiros e a estrangeiros domiciliados no país, de modo que possibilite eficientes fatores da vida moral e econômica da nação, e desenvolva num espírito brasileiro a consciência da solidariedade humana”. (BRASIL, CF, 1988)

Três anos mais tarde, no Estado Novo, em sua específica Constituição totalitária inspirada no fascismo italiano, afirmava no artigo 129:

[...] um regime político democrático orientado para dar garantias ao indivíduo [...]. “Veio um século de no qual muitas crianças e jovens experimentaram crueldades inimagináveis. [...] A dureza da vida expectativas nova ordem de prioridade no atendimento social que ultrapassou o nível da filantropia privada e sés orfanatos, para elevá-las às dimensões de problemas de Estado com políticas sociais e legislação específica. (IDEM, IBIDEM p. 192)

<sup>10</sup> Peço novamente licença ao leitor, para usar nesse trecho do texto o verbo na 1ª pessoa, por se tratar de minha experiência empírica enquanto pesquisadora, em que o mesmo foi escrito para exemplificar o conteúdo.

<sup>11</sup> LIONS CLUBS INTERNACIONAL. **Declaração de missão** Capacitar os voluntários para que possam servir às suas comunidades e atender às necessidades humanas, fomentar a paz e promover a compreensão mundial através dos Lions clubes. **Declaração de visão** ser o líder mundial em serviços comunitários e humanitários. Disponível em: < <http://www.lionsclubs.org/PO/who-we-are/index.php> > acesso e: 02/06/2018

Temos aí, um dos momentos em que a necessidade do povo que estão às margens dos grandes centros urbanos é reconhecida e levada a condição de prioridade no atendimento assistencial social. Dentre outros benefícios, as escolas foram instituídas também para a criança pobre, ainda que de forma tímida e seletiva.

[...] no Estado de São Paulo pela lei estadual nº 1.070, de 16 de agosto de 1907.o governo fica autorizado a colocar nos lugares de que dispunham nos estabelecimentos de ensino subvencionado, os alunos das escolas primarias que mais se distinguia durante o ano e fossem reconhecidos pobres. (IDEM, IBIDEM, 2013, p. 198)

A autora busca relatar os cuidados que o Brasil teve em elaborar uma política social que promovesse a criança e ao adolescente, um cuidado que não dispensou como em todas as outras, a velha chamada aos apelos do povo. No decreto nº 16.272, de 20 de dezembro de 1923, surge “o regulamento de proteção aos menores abandonados e delinquentes reconhecendo a situação de pobreza como geradora de crianças abandonadas e de jovens delinquentes” (IDEM, IBIDEM. p. 197). O decreto 3.799/41, que também visava o amparo ao menor foi o Serviço de Assistência a Menores (SAM) na cidade do Rio de Janeiro. Apresentava interesses em sistematizar e orientar os serviços de assistência a menores desvalidos e delinquentes, internados em estabelecimentos oficiais e particulares, estas medidas eram positivas, visto que, não teriam como foco principal a punição, na verdade iria motivar a “educação” e “velar sobre o menor [...] expostos à prática e transgressões próprias da idade”.

Como é de se esperar, os fatos históricos que apontam para as políticas sociais, são sempre de avanços, seguidos de impactos regressivos. Desta feita fica registrada a quebra do progresso que estávamos acompanhando, isto é, com:

O Código de Menores (decreto no 17.343/A, de 12 de outubro de 1927), [...] o Estado respondeu pela primeira vez com internação, responsabilizando-se pela situação de abandono e propondo-se a aplicar os corretivos necessários para suprimir o comportamento delinquencial. Os abandonados agora estavam na mira do Estado. (PRIORE, 2013, p. 197)

No ano de 1934, a Constituição Federal, “determinou-se a proibição ao trabalho dos menores de 14 anos sem permissão judicial”. Esta mesma Constituição vem garantir a todos sem distinção de poder econômico, o direito a educação. O país continua em processo de desenvolvimento político, e conseqüentemente, novas decisões são tomadas, as quais favoreçam as classes subalternas. E justamente no período conhecido como estado Novo, o foco predominou no investimento as políticas sociais. “[...] para isto institui o paternalismo

assistencial [...] (IDEM, IBIDEM. p. 200)”, não havia outro método de alcançar o objetivo de proteger as crianças, foi preciso que as políticas sociais se estendessem também as famílias, com isto, a pretensão do governo em governar para toda sociedade, ganha a oportunidade de criar meios de integrar projetos que promovesse renda as famílias. Com isso, as crianças seriam assistidas com uma melhor qualidade no seio familiar, e sairiam da condição de delinquência, como eram considerados no meio social.

Os interesses políticos vão de encontro às lutas do cidadão, e, a partir deste estreitamento fundisse numa aliança vitoriosa. Em 1990, como já apontamos no início deste tema, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), ganha o formato disponível a toda sociedade, mas, que para muitos, ainda é desconhecida a totalidade de seu conteúdo.

Da mesma forma que tantas outras políticas, o ECA tem divulgação condicionada a poucos interessados, ou seja, somente os órgãos que lidam com o público alvo do Estatuto, ou a alguns cidadãos que estejam em busca de uma orientação relacionada ao tema. No entanto, somos levados a fazer pouco uso do conhecimento, fator preponderante para nos aprisionar ao universo do poder capitalista. Quanto mais distantes nos mantermos da essência de nossas raízes, isto é, daquilo que gerou a realidade presente, mais estaremos suscetíveis as propostas e fetiches do capitalismo.

Pensando no link Projeto Reconstruir e ECA em entrevista realizada durante a pesquisa em campo, obtivemos por parte da Assistente Social e da Coordenadora do Projeto a seguinte informação: “o Projeto Reconstruir por trabalhar com crianças, tem o cuidado de instruir o quadro de funcionários, a fazerem uso, quando necessário, do que dispõe a Lei no ECA”. Interpretamos esta conduta, como um fator necessário, mas também, positivo, visto que há sempre os “desavisados”, que insistem em estar à margem das regras estabelecidas. Considerando o que está inserido ao longo de nossa discussão, consideramos como importante fazer a seguinte citação.

É necessário destacar que o citado diploma legal nasceu de movimento de conscientização e respeito pela criança e pelo adolescente. Destarte, foi criada com o espírito de somar esforços para se chegar a uma sociedade melhor. O ECA também trata da proteção integral das crianças e dos adolescentes. Por tal motivo, o art. 3º assegura-lhes as oportunidades e facilidades, ‘a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade’. (ECA 2013, p. 2)

Quando lemos este texto, o pensamento que nos vem, é de que tudo parece harmonioso, que nada poderia abalar a segurança de nossas crianças (ou nós cidadãos), de que tudo é feito, para alcançarmos um nível de maturidade intelectual, capaz de reproduzirmos a

integridade que está em cada parágrafo, cada artigo que compõe as diretrizes da lei. O problema é observar o inciso que a realidade social enfrenta (ou), para que leis tão perfeitas sejam promulgadas, pior ainda, qual a verdadeira história por trás de cada lei sancionada. Há muitas razões que ficam camufladas, e se não investigarmos suas existências, se faz necessário que concordemos com o maior inimigo do capitalismo: o prejuízo é inevitável.

Para compreendermos melhor este parágrafo, iremos tratar de algumas considerações relacionadas a formação das Organização Não Governamental (ONG), o que está por trás do Terceiro Setor, as consequências que podem gerar para o trabalhador. Estes são apenas pontos que juntos podemos analisar no capítulo seguinte.

## **4 TERCEIRO SETOR E O ENFRENTAMENTO A POBREZA: RELATOS DA PESQUISA DE CAMPO**

### **4.1 A Vulnerabilidade Social como Desafio aos Projetos e ONGs**

Nossa insistência no tema, não tem outra razão, senão debater para compreender por meio do percurso deste estudo a intencionalidade das políticas e dos projetos sociais, que nas suas pautas tem sempre um segundo viés não explícito, e que se nós como classe operária não ficarmos atentos aos verdadeiros efeitos que estas alianças produzem, provavelmente, estaremos assinando involuntariamente nossa demissão, abrindo mão do direito a uma aposentadoria quando chegar à velhice. Esses dois exemplos dão cobertura para as muitas perdas que a classe trabalhadora pode vir a invalidar, pelo simples fato de não ter o hábito ou interesse, nos indicativos que a toda hora nas campanhas sociais e até mesmo, quando no período eleitoral, os pré-candidatos informam os resultados dos feitos de seu adversário.

Fiscalizar as propostas que estão sendo debatidas é uma forma de estarmos atento aos resultados anteriores, o que também nos inibe a não insistirmos nos erros, os mesmos que tantas vezes a classe foi conivente ou debilmente enganada. A proposta é que possamos insistir em compreender os vieses que estão no nosso cotidiano, e a partir daí, sejamos mais participativos na hora de contribuir para as conquistas emancipatória. É levar em consideração todas as possibilidades. Se o que nos for apresentado, nos remetem ao enfrentamento a pobreza, se há equidade ou se a classe operária permanece em ascensão política, tudo fica apenas no poder de decisão, do sujeito consciente de direitos e obrigações.

Com esta apresentação breve, queremos seguir a análise de nosso estudo a partir do ponto, em que na nossa concepção, conseguiríamos reforçar a busca em conhecer os fatos que integraram a “singularidade e particularidade”, do nosso objeto de estudo. Tudo que se sabe a princípio é desprovido de maiores significados, até que possamos nos aprofundar em conhecer as multiformes das razões do que está atrás daquilo que, até então, só visualizávamos, mas que não tínhamos como descrever, nem identificar o seu real sentido.

Ao longo das gerações os desafios têm se entrelaçado, levando o homem, sempre a buscar novas alternativas. Se estas serão confiáveis, ou se trará resultados relevantes, isto vem proceder do olhar de quem especula. Glória Gohn (2012, p. 21), ao interpretar as teorias de Max Weber coloca sobre o centro das discussões, a ideia de “que as ações possuem um sentido para aqueles que as praticam, há um substrato subjetivo. O esforço de interpretação

deve ser para conectar o pensado e o praticado, os valores que orientam a ação e o que ocorre na prática”.

O universo que abrange o mundo do trabalho foi alarmantemente diversificado desde que lhe foi dado um valor de troca. No percurso natural, o trabalho ocupava o designo apenas de ser útil, isto é, sua prática punccionava uma produção que satisfaria ou que cumpria o papel de benefício próprio, ou seja, uma porção para cada vez, sem o intento de multiplicar a produção numa ideia visionara de acúmulo. Os princípios que interferem no cotidiano das sociedades concorrem de tal modo que, os desafios e a história se tornam aliados na hora de mudar trajetórias ou mesmo de exigir novos resultados.

Para Marx (2013), a resultante deste primeiro desafio não traz grandes preocupações. O que ele nos chama a atenção é para o fato de que ao inverter os valores naturais, também se muda a ordem que se deve seguir. Ou, de que outra maneira então, seria possível o desbravamento da exploração pelo sistema capitalista, se o mesmo, não induzisse os sujeitos de maneira subjetiva, a grandes desafios, a alianças que convertem mercadorias em valores exorbitantes enquanto o valor do trabalho útil nivela-se a mercadoria superfaturada.

Após incorporar a lei dos valores, como desafio a ser alcançado, o sistema capitalista embasou em sua teoria a diretriz que “compete ao Estado desenvolver uma atividade voltada para o econômico: permitir o ‘livre jogo’ do mercado concorrencial, e outra atividade que trate do social: serviços para quem não tiver acesso ao mercado. (o desafio aqui é), mas que tipo de serviço e para quem?”. (DURIGUETO e MONTAÑO, 2011, p. 63 - 67)

Estamos falando do trabalhador que diante de todos os desafios que enfrentou não soube a quem recorrer “em decorrência (da) inoperância ou omissão” do Estado, que enfrentou as ruas e a elite para que seus direitos fossem conquistados. Diante desta trajetória percorrida pelo trabalhador, vem o capital certo que decidirá as pautas do novo investimento. É para o trabalhador a quem o capital quem manipular, com suas jogatinas. Quais cartas ele irá lançar, é a nossa tarefa descobrir.

E para o capital, esta é só uma pequena amostra do poder de interferir na luta de classes. Pois ao equilibrar suas metas, seu objetivo ganha domínio absoluto. A estratégia mais sutil que o capitalismo apresenta para manter-se na liderança do poder está no efeito ou resultados do que vai dispor. Neste momento, voltamos à atenção para o que inicialmente abordamos. Tentaremos neste ponto sermos um pouco mais claros com nossa linha de raciocínio. Para isso, buscaremos apresentar os autores que interpretaram a historicidade do capital para nós. Às vezes, a certeza que temos é que tudo fica muito complicado

propositalmente. Mas as coisas segundo Gohn (2012), ser mudadas como também podem se descomplicarem.

Para que tenhamos êxito em nossa colocação, onde, nos dois primeiros parágrafos, fizemos indicações; na nossa compreensão são dicas simples, mas que podem mudar o percurso da nossa história e, quem sabe de nossa comunidade, cidade e país. Voltando ao quarto parágrafo e nos apoderando da citação da autora Glória Gohn (2012). Como nos ensina, que “as ações possuem um sentido” e que a partir do “esforço de interpretação”, podemos “conectar o pensado e o praticado”.

Para que sejamos mais claros, pensemos a ideia acima, numa dimensão mais familiar, olhemos ao que está ao nosso redor. Esta ação teve um sentido. E sem dúvidas, ao observar o que há ao redor nos leva a interpretar cada detalhe do cenário. Agora, qual sentido será dado para o que foi interpretado é de cunho individual (singular). Segundo Duriguetto (2011. p. 98), “a consciência das pessoas, sobre a realidade que faz parte das suas vidas, está determinada pela realidade”. Para Gramsci (p.n.p - apud DURIGUETTO, 2011. p. 101), o conjunto de interpretações vista é o que chamamos de “senso comum”. Em outras palavras, é o nosso cotidiano, é a forma que vemos corriqueiramente. Lukács (1974, p. 92 apud DURIGUETTO, 2011. p. 101), esclarece que este é um processo de “naturalização dos fenômenos”.

E é justamente de passo a passo que nós nos perdemos, na razão e na especificidade que por trás do que o capital chama de “livre jogo” no sétimo parágrafo. As alianças que o capital forma são bem articuladas, justamente, porque ele está interessado no que fazer e para quem fazer, fato que já argumentamos sobre.

Mas a pergunta é se vamos permanecer no “senso comum” sem sair da nossa zona de conforto que é nosso cotidiano. Naturalizar os acontecimentos que nos cercam é pedir para sermos massacrados, voltarmos aos primeiros dias da colonização. O que iremos fazer com que a nossa consciência, isto é, com o que apreendemos na ação de olhar o que está a nossa volta, vai determinar a interpretação e respostas que queremos obter.

A dica é nos posicionar na condição de “alienados” (DURIGUETTO, 2011. p. 102). Onde decidimos que nada do que está ocorrendo faz parte da nossa história, e aí sentamos e esperamos o circo pegar fogo ou deixamos o efeito rebote repercutir em nossas ações. Se a nossa atitude for de reação diante do que interpretamos, então, como foi citado anteriormente, saímos da nossa singularidade, do estado comum, natural e alienado para a particularidade, uma dimensão consciente do que se passa à sua volta, sabe-se o que quer, sabe a razão de

estar querendo, e determinado para lutar para obter respostas. Neste momento intencionamos unidade e estratégias para formar uma classe.

É justamente agora, neste estágio, em que os operários conscientes, unidos em um objetivo, criam estratégias, formam-se sindicatos (IDEM, IBIDEM. p.103). Neste momento, há uma ação a ser interpretada e analisada por parte do capitalismo. Se rebuscarmos na memória a interpretação dos capítulos anteriores, esta interpretação já foi realizada. Ao tornar-se um bloco hegemônico com o Estado, configura uma aliança de grande potência. O exemplo desta colocação se resume na leitura do que ocorrem na parceria entre estes dois gigantes.

O trabalhador que chegou ao estágio de consciência citada acima, já não aceita mais as manobras políticas econômicas e sociais que estão propostas, consolidando-se assim, uma série de lutas reivindicatórias, por parte dos trabalhadores sindicalizados, não eram mais poucos trabalhadores que pediam, eram grandes grupos organizados. Segundo Duriguetto (2011, p.178 - 179):

O Estado que por objetivo central a reprodução das relações sociais e manutenção e legitimação da ordem social vigente, como “a ampliação dos direitos trabalhistas, ampliação da cidadania”. ampliando e aumentando os direitos, as instancias de participação popular.

Procura de forma estratégica atender e legitimar as reivindicações trabalhistas, e é aqui que cabe a nossa atenção; atendeu aos trabalhadores, mas a intenção era de acordo com a autora: “Assim tende a deslocar os conflitos de classes da esfera econômica no espaço da produção (onde as lutas de classe conseguem golpear o capital e os fundamentos do capitalismo), para a esfera política no âmbito estatal (institucionalizando o conflito no âmbito do Estado, e estabelecendo as ‘regras do jogo’ para sua resolução)”.

Neste contexto, precisamos aguçar nosso senso crítico para não mais nos mantermos alheios a realidades como esta. Aqui está a resposta que é feita no 7º parágrafo. Revela-se a estratégia que estavam indagando, como também apresentando os sujeitos a quem eles queriam atrair para sua armadilha.

Outra forma fundamental do capitalismo e o Estado produzirem efeitos contrários a luta de classes, desfavorecendo a classe trabalhadora é quando são estabelecidas as crises. Mas como se retrata a autora, a crise não é motivo para os trabalhadores comemorarem crendo que estão vendendo. O que na realidade está por trás das crises econômicas, nada mais é do que outra grande jogada. E na nossa compreensão a mais indigna e revoltante das ações não só do capital, mas do Estado em primeira estância; é ele o responsável pelo povo, onde

tem um representante do povo governando contra o povo. Duriguetto (2011), ao apresentar esta realidade não deixa dúvidas do quanto o Estado e o Capitalismo são responsáveis diretos pela vulnerabilidade existente em nosso país. Leiamos o que a autora diz:

[...]se a crise a crise golpeia o capital, ela impacta profundamente o trabalhador. [...] aumento de desemprego e da pauperização e miserabilidade [...] o acirramento da exploração capitalista – que visará retomar e/ou ampliar as formas de extração de mais-valia absoluta, como aumento de jornada de trabalho, da idade de aposentadoria, do trabalho escravo-por-dívida etc.- na perda dos direitos trabalhistas conquistados, na precarização de políticas e serviços sociais estatais, e até na perda ou esvaziamento de direitos políticos e civis. (IDEM, IBIDEM p. 212)

A autora ainda deixa clara outras sequelas provenientes dos efeitos, o abuso e descaso com a vida humana, vindos da parte da hegemonia capitalista. O que este capítulo tomou como base para compreender e apontar como objetivo a ser alcançado, nós temos compreendido por meio das reflexões que Duriguetto (2011) vem de maneira espetacular enriquecer este estudo. Assim, apontaremos o que temos entendido conforme a fala da autora. Que a crise é devastadora, já deu para compreender, mas que causa pânico e leva milhares de trabalhadores a condições de desespero por causa dos agora a pouco citados, sim, também os leva a se isolarem ou a retomarem suas antigas rotinas, a aceitarem servilmente as condições impostas pelo sistema capitalista. Chegam a preferirem perderem direitos a ariscar perder seus empregos. Mesmo aqueles que antes eram da linha de frente nas lutas sindicalistas no período da crise, não consegue aderir a nenhum movimento, pois o que está em “jogo” é o sustento dele próprio, mas também da família.

Atitudes como está não se restringe a um pequeno grupo de trabalhadores não, mas a tantos, que produzem na luta de classes, um prejuízo irreparável. Enquanto do outro lado o capitalismo se fortalece por meio dos gastos com direitos trabalhistas agora reduzidos, com o crescimento das novas possibilidades de contrato empregatício, as cooperativas firmam suas redes no mercado. “é a diminuição do peso político dos trabalhadores no atual contexto” Duriguetto (2011.p. 2012 - 2013). Segundo Cuerva (1983, p. 167 apud DURIGUETTO 2011, p. 213), “as crises do capitalismo, por si sós, não fazem mais do produzir efeitos negativos nos pontos débeis do sistema”, mas, segundo Mattoso (1995, p. 135; apud DURIGUETTO, 2011, p. 214), “é o enfraquecimento (financeiro, político e institucional) do estado que favorece a aventura neoliberal de desestruturação selvagem no início dos anos 90”. A leitura deste texto completa o raciocínio, evidenciando o papel que o Estado tem assumido, e a que classe ele tem pertence.

As relações, capital, trabalho, Estado, crise econômica versus políticas públicas, vulnerabilidade social, terceiro setor estão todos contemplados neste capítulo. É justamente neste embaralhado de informações, que conseguimos identificar mais um desajuste causado por esse conjunto de conflitos. Encontra-se além do Estado distorcendo seu papel, também há trabalhadores que foram atraídos pelo capitalismo. É desta realidade que precisamos compreender, isto é, quando todos estes fenômenos estão sobrepondo-se e deixando seqüela na história e na vida do trabalhador, a lógica seria que houvesse retração, mas não é assim que acontece.

Este é o momento da reestruturação capitalista e, também daquele que por causa do reverso da parte do Estado, também porque não há resposta plausível, tudo que era indicativo de pertencimento, cidadania, direitos etc., estão sem sentido. O que há de novo é ver que:

Trabalhadores que passam a privilegiar a conjuntura de crise econômica, em detrimento do embate de projetos sociais [...] redireciona o conteúdo das suas reivindicações para campo das ideologias práticas, marcadas pelas suas necessidades imediatas, [...] os trabalhadores terminam por reduzir as suas propostas ao campo pra preservação de conquistas ou, tão somente, das possibilidades postas pela conjuntura da crise. (Mota, 1995, p. 191 apud DURIGUETTO 2011, p. 214)

Segundo a autora, os anos 90 foram marcados por muitos acontecimentos no país, na política e na economia. Também surgem outros aparelhos no atendimento aos que, até agora, era ação prioritária do Estado. De acordo com Gohn (1995, p. 128), mobilizações que partem de um chamamento à consciência individual das pessoas, como o “Pró-impeachment do presidente Collor de Melo (1992); o Movimento pela Ética da política (1992); o Movimento Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida (1993-1995), criado pelo sociólogo Herbert de Sousa”.

Segundo Duriguetto (2011, p. 305), assim como o Estado, as ONGs também estão em parceria com o capitalismo, mais uma invenção do neoliberalismo, ou seja, as ONGs têm seu seguimento voltados para as “políticas de parcerias implementadas pelo poder público”. Outra colocação voltada neste seguimento e que traz prejuízos para as lutas de classes, em detrimento das políticas sociais, é o fato de que desde o início da criação das ONGs, também houve uma divulgação por parte “das esquerdas pós-modernas”, os mesmos trabalhadores de quem tratamos no item anterior, os quais desacreditados das lutas em função das seqüelas das crises vieram a se aliarem ao capitalismo, esses grupos (esquerdista) disseminavam a “satanização do Estado”, mas que por outro lado, posicionavam o Terceiro Setor como “uma santificação da sociedade civil”.

O que este posicionamento representa para as lutas de classes é a tentativa de descredibilização das políticas sociais, visto que, a partir desta visão o Estado não tem o devido poder, a qualidade, a parceria e qualquer intencionalidade de dar assistência ao povo. Enquanto que o Terceiro Setor é o modelo ideal e que tem todas as qualificações necessárias para atender as reivindicações das classes.

Analisando estas posições divulgadas pelos os sujeitos que se põem de esquerda, em relação à inteira responsabilidade do Estado com as políticas sociais, entendemos que não se pode credibilizar tais afirmações. Primeiro, por ser o Terceiro Setor uma invenção do capitalismo, lógico que cuidará de defender o mesmo. Depois, se têm todas estas instrumentalidades e se é uma perfeição como provedor, porque então, não promove direitos ao cidadão? Porque suas atividades estão no campo do imediatismo, é ele um provedor do velho assistencialismo. Para embasar esta reflexão chamamos os teóricos que com suas experiências deixam claro que esta invenção:

Nem é terceiro, nem é setor. Na verdade, deve ser interpretado como ações que expressão funções a partir de valores. Ou seja, as ações desenvolvidas por organizações da sociedade civil, ou assumem as funções de resposta às demandas sociais (antes de responsabilidade fundamentalmente do Estado), a partir dos valores de solidariedade local, voluntariado, auto responsabilização e individualização (substituindo os valores de solidariedade social e universalidade e direito dos serviços, típicos dos Estados de 'Bem-estar'). (DURIGUETTO, 2011, p. 306)

No meio de todos estes discursos o que não se pode perder é o foco de que o Estado é e sempre será o responsável por mediar às relações sociais. Como já foi visto nos capítulos anteriores, segundo DIAS (2012), o autor na sua definição de Estado, menciona que o governo deve ser exercido com imparcialidade de interesses. Porém, ao observamos o que o neoliberalismo com suas teorias e invenções – ONGs – apresentam como propostas dão outro sentido para o Estado e para a causa das lutas sociais. Concernente a esta colocação poderemos compreender com clareza, quando fazemos a ligação desta, com a concepção de Montañó (2010, p. 23).

Neste sentido, o objetivo de retirar o Estado (e o capital) da responsabilidade de intervenção na 'questão social' e de transferi-los para a esfera do 'terceiro setor' não ocorre por motivo de eficiência – como se as ONGs fossem naturalmente mais eficientes que o Estado -, nem apenas por razões financeiras: [...] O motivo é fundamentalmente político-ideológico: retirar e esvaziar a dimensão de direitos universal do cidadão quanto a políticas sociais (estatais) de igualdade; criar uma cultura de auto culpa pelas mazelas que afetam a população, e de autoajuda e de ajuda multa para seu enfrentamento; desonerar o capital de tais responsabilidades, criando, por um lado, uma imagem de transferência de responsabilidade e, por outro, a partir da precarização e focalização (não-universalização) da ação social estatal e

do ‘terceiro setor’, uma nova e abundante demanda lucrativa para o setor empresarial.

Em resumo, como sugerimos no presente tópico – A vulnerabilidade como desafio aos Projetos/ONGs – podemos apresentar como considerações em resposta a nossa especulação segundo a análise de Montaña (2010, p. 23), voltam a nossa lembrança o quanto é importante saber interpretar nossa “cotidianidade”, pois só a partir daí, podemos compreender a importância da representatividade das ONGs.

Para esclarecer esta representatividade e posicioná-la no seu devido lugar, para este esclarecimento chamamos o autor Simões (2012, p. 472), que veementemente afirma:

“os limites entre Estado e sociedade civil não são um dado natural, mas histórico”, portanto, segundo o autor, se nos concentrarmos de acordo as ideologias, devemos então, nos contrapor a “ideologia liberal”, primeiro por termos um “Estado Democrático de Direitos”, e depois porque a “a ideologia estatizante amplia ao máximo o conceito de poder público, reduzindo os limites da sociedade civil, chegando a incluir, como funções estatais, as principais atividade industriais e de distribuição de bens”.

Diante da leitura, fica em aberto, a interpretação do leitor. Para que possa, se necessário, ter uma maior clareza dos fatos, convidamos a seguir-nos na aventura de nossa pesquisa em campo, onde a apresentaremos no próximo tópico deste estudo.

## **4.2 Projeto Reconstruir**

É importante informar que neste item, caminharemos lado a lado com os atores inseridos no campo de nossa pesquisa, e que nos portaremos a estes, conforme acordado durante a apresentação do perfil<sup>12</sup>, ou seja, suas identificações serão de acordo com a função que cada um exerce no campo. Para que tenhamos uma visão mais ampla do Projeto Reconstruir, além dos dados já citados, queremos acrescentar outras informações pertinentes ao mesmo. As informações seguintes foram colhidas por meio da observação e por conversas informais, além da entrevista.

O Projeto Reconstruir está vinculado diretamente ao seguimento religioso, pertencente ao Instituto Logos de Desenvolvimento Social, da Igreja Evangélica Logos Restaurando Vidas. Em relação a sua fundação, durante o percurso realizado no campo de pesquisa, foi colhida a informação que, segundo a Coordenadora “não era pretensão inicial alcançar a

---

<sup>12</sup> Tabela 1, p. 28.

dimensão a qual hoje apresenta, ainda que estejamos em fase de desenvolvimento, e reestruturação da área física”.

Foi constatado na unidade a qual estivemos realizando esta pesquisa, que os trabalhos são acompanhados por profissionais que apresentam características marcantes, como a forma dedicada em que realizam as atividades, assim como o acolhimento na hora da chegada das crianças também é bem caloroso, uma regra importante, que segundo a Coordenadora, não se deve quebrá-la: as crianças não saem sem a presença do responsável. Foi percebido que os profissionais com os quais tivemos contato, apresentam-se comprometidos com o todo daquele universo.

Um momento que também registramos foi durante a participação de uma aula em que as crianças estavam preparando as lembranças para dia das mães. Todas estavam empenhadas a deixarem seus trabalhos lindos, porém, o material disponível não era suficiente. Segundo a professora, todo material é obtido por meio de doações; porém, para aquela atividade e, também no momento, estavam sem um estoque adequado.

O quadro atual de profissionais é composto por alguns técnicos, e outros em formação acadêmica. Há também os que são voluntários e os que cursaram até o ensino médio. O cargo da Coordenação deve ser ocupado por um profissional com formação. No momento, somente a Assistente Social tem formação concluída, mas por motivos pessoais, segundo informação da mesma, presta serviço voluntário.

Quanto à jornada de trabalho, esta segue os padrões da Consolidação Das Leis Do Trabalho (CLT). Com carga horária nos turnos manhã e tarde, de segunda à sexta. Segundo os entrevistados, as atividades vigentes são elas: Balé, Hip-Hop, Letramento, Violão, Futsal, Bateria, Coral, projeto reconstruir: juntando as peças (trabalho vinculado a área espiritual). Dentre estas atividades também são oferecidos serviços odontológicos, clínico, orientação à cidadania por meio do Serviço Social, além da refeição básica diária. Os participantes das atividades que envolvem as artes se deslocam devidamente acompanhados, para apresentarem-se em locais fora das dependências do projeto.

Uma parceria que está em pauta de discussão, mas que ainda não se concretizou, é o vínculo com os órgãos públicos. Quanto ao atendimento de assistência social se dá por meio da orientação da profissional competente. Devido às limitações estruturais do ambiente e as condições financeiras, o atendimento voltado para o empreendimento familiar, no momento, está sem o funcionamento, na sede I – Siqueira.

O Projeto Reconstruir também realiza distribuição de cestas básicas, e como já mencionados, serviços voltados para a saúde, lembrando que, semestralmente, tem

atendimento com Oftalmologista, oferecido por uma equipe de alunos e professor (não foi mencionado nomes) do curso de optometria da Faculdade Ratio.

Enfim, foi necessário apresentarmos com um pouco mais de detalhes o nosso campo de pesquisa, firmando assim, nosso compromisso em apresentar nossa proposta inicial, ou seja, considerando nossos objetivos a partir das visitas exploratórias no Projeto Reconstruir, estaremos realizando nossa análise, levando em consideração todas as informações colhidas e observadas segundo a realidade dos sujeitos.

Sobre a realidade do campo de pesquisa, podemos apresentar situações e exemplos que foram mencionados segundo as perspectivas teóricas apresentadas. Assim, citamos o caso de pessoas que por afinidade a determinadas ações, realizam com impressionante desempenho o que se propõe a produzir, ou mesmo sem um trabalho formal – desempregada (o) – consegue ver a necessidade que há na instituição e por essa causa, se tornar voluntario.

A afirmação acima citada vem de encontro ao que já podemos constatar anteriormente, ou seja, como indicação de uma das características das ONGs, as quais têm como proposta, o serviço voluntário; o que representa fatalmente, o direcionamento das responsabilidades do público para a sociedade, segundo Duriguetto (2011, p. 306) “há uma transferência para o campo dos “valores de solidariedade”, lugar onde os sujeitos se apiedam e recobram a velha prática do assistencialismo”. Situações que refletem segundo (idem, ibidem. P.307), “num processo de ação social que se torna despolitizada e sustentada na suposta parceria entre classes e entre sujeitos com interesses antagônicos”. Em processo de análise seguiremos a descrever os fatos.

Conforme leitura anterior é neste espaço que também se firma o enfraquecimento da conduta militante, levando os sujeitos a se desvincularem dos sindicatos, criando aí a ilusão de que, devemos construir instituições para suprir a demanda não alcançada pelo Poder Público. Portanto, este ponto tratará subsídios para as indagações de nosso quarto capítulo: Vulnerabilidade Social como Desafio aos Projetos e ONGs.

Para que possamos identificar as principais demandas sociais do Projeto Reconstruir, escolhemos o método abaixo, onde estará o resultado de pesquisa. Visto que, tivemos dois públicos, buscaremos mesclar a realidade cotidiana vivenciada por eles (as) dentro do contexto histórico de pesquisa, como também, buscaremos embasar estas relações dentro do contexto o qual apresentamos como teoria científica em todo teor do estudo até aqui visto.

Para esta modalidade, convidamos seis profissionais das diversas áreas e formações atuando dentro do campo, como também, quatro representantes das famílias atendidas pelo

Projeto, para juntos dialogarmos com os caminhos da teoria apresentada neste estudo e a prática por eles executadas (com muita empatia).

Nossa primeira abordagem foi para identificar quais as principais demandas sociais apresentadas pelos participantes do Projeto Reconstruir no bairro Bonsucesso. Com essa indagação, quando questionados sobre tais demandas, os profissionais informaram que são: econômicas, atendimento médico; odontológico; dificuldade de absorver o conteúdo visto em sala de aula; conflitos familiares; a violência.

Ainda em resposta a esse objetivo, a Assistente Social do projeto, traz dados que confirmam as colocações dessa pesquisa, quando faz o seguinte relato: “O Estado está se tornando cada vez mais ausente, você está vendo aí os cortes na educação, o congelamento da saúde. A política que a gente vive é uma política de Bem-Estar Social, para garantir o mínimo para sociedade, acaba que tudo que é público é sucateado”. Segue a fala:

[...]. No papel há muitos direitos, na prática, é outra realidade, você ver isso quando procura o CREAS (Centros de Referência Especializados da Assistência Social) que atende o bairro; quando estive La para consultar o que poderia estar encaminhando, *só havia o auxílio caixão*. É uma realidade muito difícil. [...] *o CREAS é responsável por três regionais, onde cada uma é responsável por seis bairros (rsrsrs)* imagina a situação, ter que morrer, para receber o auxílio disponível. O ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), por exemplo, que é o nosso caso, se ele fosse implementado como está no papel, seria perfeito. *Aqui existe distribuição das cestas básicas*, mas, *Infelizmente como as políticas públicas, ela é excludente*, ela não atende a todo mundo, *aqui não deixa de ser também, você dá para aquele que está com a necessidade mais gritante., infelizmente*. Não concordo com o método, mas. *Outra dificuldade é trazer as famílias para dentro do projeto. Durante as visitas percebemos que as famílias desconhecem os direitos que possuem*, por esta razão é interessante que elas participem desses espaços. Porque, quando há as reuniões, que são três, quatro vezes por ano, mas a adesão é de três quatro pais, aí a gente está vendo como trazer estas famílias pra cá. *Outra, a gente tem que acabar com essa cultura de que as pessoas só podem participar das coisas se tiverem alguma coisa em troca*. toda vez que tiver um evento, ter que sortear um monte de coisa para que os pais estejam presentes. Não é assim que as coisas funcionam, *tem que ter aquele interesse de estar participando*, eles (a igreja) tem muito disso: ah vamos dá isso, vamos dá aquilo. Não, minha gente vamos chamar, vamos estimular, dizer que é importante que estejam participando desses espaços. *Outra necessidade é conseguir o vínculo com a prefeitura para estar conseguindo financiamento*, eu acho que é de suma importância. (ASSISTENTE SOCIAL 28/05/2018)

Quanto aos familiares ao apresentarem suas colocações, sobre essas mesmas demandas, foi sugerido que indicassem ações que trariam melhores condições para o Projeto Reconstruir, e em unanimidade concordaram com os profissionais sobre a questão financeira, acrescentando, haver necessidades de cursos profissionalizantes, e que houvesse um atendimento de tempo integral para que pudesse ficar com as crianças menores, pois assim, as mães poderiam ir trabalhar e saber que seus filhos estariam bem cuidados e que faltava parceria com o prefeito (órgão público).

Conforme visto em estudo e diante das necessidades apresentadas tanto por profissionais quanto por familiares, podemos confirmar que: primeiro, há ineficiência por parte das políticas públicas quando não disponibilizam, ou não oferecem melhores condições para a população; segundo, que os órgãos que implementam os serviços públicos, são por si mesmos, incapazes de abrangerem a dimensão que se apresentam as respostas as expressões da questão social.

Em resumo, podemos analisar que as demandas apresentadas como resultado ao que indagamos aos participantes assemelham-se entre os dois grupos a concepção de que, o fator economia e a parceria entre o Projeto Reconstruir e um órgão público tem destaque e se faz necessário. Quanto às outras respostas, chamamos a atenção para a fala da Assistente Social, quando ela trata das competências do Estado, e ao relatar o modo como a Igreja se coloca em relação à entrega das cestas básicas.

De acordo com o que citamos nos capítulos anteriores, podemos ver com clareza o resultado de intervenção que (relacionado à Igreja) o governante/líder vem administrar sem fazer distinção do que é público ou daquilo que é seu interesse. No mais, as necessidades no âmbito da saúde as quais são apontadas pelos profissionais, o projeto dá suporte e só é exposto na relação, como indicação para apontar as demandas que mais lhes é contemplada. Finalmente, as demanda que indicam interesse, no caso, a possibilidade da existência de uma creche, e principalmente, a relação Projeto e Igreja, é um debate que se deve considerar, aliás, que fique em pauta, para sempre que oportuno traga-as à lembrança e quem sabe venham a ser prioridades.

Diante dos relatos e das leituras realizadas para compreender a dimensão desta realidade positivamente, não são capazes de intervir com o impacto necessário ao enfrentamento da questão social. E mais, estamos falando de apenas uma fagulha das multidões de expressões que estão intrínsecas aos considerados em extrema pobreza.

Para o nosso próximo objetivo e dentro desta linha, seguiremos as nossas entrevistas. Desta vez buscamos apresentar as principais ações desenvolvidas pelo Projeto Reconstruir na comunidade do bairro Bonsucesso, Fortaleza - Ceará. Para o desenvolvimento deste ponto, seguiremos as mesmas bases usadas no item anterior, mas que somente as famílias receberão destaque visto que parte deste objetivo já foi atendido.

Em entrevista, tivemos as quatro mães participantes confirmando que indicariam o Projeto Reconstruir para outras pessoas. O que as mães nos fizeram entender foi que o Projeto tem boa aceitação, e que traz respostas positiva no comportamento, saúde, e notas escolares dos filhos. A mãe 03 destaca essa importância da seguinte forma: “é bom saber que nossos

filhos são bem cuidados”. Sempre elogiando e apresentando-se gratas, elas dizem que as atividades, ofertadas são de ótima qualidade.

Quando procuramos saber sobre a possibilidade de o Projeto Reconstruir oferecer atividades que mudem o padrão de vida social das famílias que são atendidas em seus programas, houve duas mães que negaram esta possibilidade; porém, a mãe 03 informa que sua vida financeira tem apresentado estabilidade. Segundo a mesma, ela trabalhar no horário da manhã, e ao ter suas filhas no Projeto, evita que ela desvie qualquer valor para pagar alguém para ficar com as crianças e que as filhas têm atendimento médico, odontólogo, sem que a mesma tenha que reembolsar qualquer valor. Desta forma, ela considera que sua vida tenha obtido mudanças sociais, pois se fosse retirar pagamento com médico, odontologista e ainda uma pessoa para ficar com as crianças para ela ir trabalhar, o salário não seria suficiente.

Ainda vale ressaltar, que entre as famílias entrevistadas, somente a mãe 04, apresenta uma situação precariamente absurda se comparada ao que o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), classifica como vulnerabilidade social. Depende da renda do bolsa família e que recebe apoio do projeto através das atividades que oferecem aos seus filhos, quando trata da saúde, e que também é beneficiada com uma cesta básica mensal.

A partir das falas das mães, compreendemos que o enfrentamento a pobreza, por meio das atividades apontadas como respostas às necessidades dos sujeitos assistidos pelo Projeto Reconstruir, não são medidas sustentáveis ou que deem respaldo para que estas famílias se mantenham num padrão de vida melhor, ainda que tenhamos acompanhado este dois relatos.

Podemos ainda considerar que o ECA estabelece como regra, ou seja, o que determina no Título II - Dos Direitos Fundamentais a Criança e ao Adolescente – ECA (p. 8 - 9) é que desde o ventre, a criança seja protegida e deixa claro quando: “Art. 7º A criança e ao adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência”.

Reafirmamos que, segundo Simões (2012, p. 91), “Essa redundância também se expressaria na concepção dos *direitos humanos, porque não há direito que não seja humano*”. Ou seja, todos devem ter direitos ao cuidado e no mínimo uma sobrevivência digna. Esta citação pondera a realidade na qual se resume os cuidados a apenas um grupo ou parte deste, ou mesmo, diferentes cuidados para uma minoria, logo todos os seres humanos são dotados de direitos, visto como ele fecha a frase.

Percebemos que as atividades apresentadas pelo Projeto Reconstruir assemelham-se a outras, que de igual forma, são pertencentes a outras Instituições não governamentais, onde também buscam trazer soluções a algumas das necessidades apresentadas pelos sujeitos sociais, mas que, insistimos, devido o Estado ter todo o suporte para dá respostas conclusivas as demandas das expressões da questão social, pode e deve ser acionado, para que por meio das Políticas Públicas, venha assumir a responsabilidade já mencionadas.

Nossa sugestão é que aliado a Assistente Social que se encontra a serviço do Projeto, segundo ela afirma em entrevista que tem planos para acompanhar as famílias com maiores informações, sendo que este é um ponto a ser discutido, visto que “há um número elevado de famílias que desconhece seus direitos”, como também:

Outro ponto é que... certo que o projeto é vinculado a igreja , isto a gente não pode negar, foi a igreja quem fundou e é da igreja que sobrevive. Até porque a gente não pode negar o trabalho que a igreja tem em cima disso, é um trabalho importante, que agrega não só igreja evangélica como a igreja católica também faz esses trabalhos, é um trabalho importante, mas, só que tem... eu acho que tem que ter um certo cuidado para não misturar as coisas, que justamente tem momento em que você tem que separar a religião do ... dá assistência em si, do trabalho que você faz. Não é porque uma família está precisando, que ela tenha que estar dentro da igreja para ter direito uma cesta básica. É uma visão meio que fechada, tem momentos, que, não estou dizendo que são todos os momentos, mas tem uma visão meio fechada para algumas coisas. Então eu acho, que isso é uma dificuldade que tem que ser evitada, tem que ser conversada. Tem vários trabalhos, excelentes feitos em conjunto com a igreja, mas tem uma visão meio fechada para algumas coisas, mas isso também precisa ser enfrentado. Como tem situações que eles tratam como falta de fé. Como a questão de depressão, que deve ser trabalhado com todos os meios necessários, um profissional, mas só igreja não pode ser a única opção. (ASSISTENTE SOCIAL, 28/05/20)

Conforme relatos já apresentados, o Projeto é uma realidade que pode ser contextualizado sobre um objetivo que tenha como meta, conhecer não apenas a fome e a nudez dos que estão a sua volta, mas que, principalmente, conheça o que causou esses fenômenos e baseado nas informações adquiridas, venha construir medidas de enfrentamento para trazer melhores resultados, não se esquecendo de direcionar ao Estado as demandadas que a ele pertence.

Para finalizar nossa primeira parte da análise deste estudo, estaremos apresentados nossos últimos objetivo específicos, sendo que o mesmo se volta para: Compreender quais os significados do Projeto Reconstruir, desenvolvido pelo Instituto Logos Restaurando Vidas/Igreja Evangélica no bairro Bonsucesso, em Fortaleza - Ceará, para os profissionais e para as famílias atendidas.

Na busca pela compreensão dos significados do Projeto Reconstruir para os profissionais, a Coordenadora, a Assistente Social, o Professor de hip-hop e a Auxiliar de Serviço Gerais, dizem que o Projeto significa experiência profissional, enquanto a Auxiliar de Administração e a Professora de letramento, afirmam que além da experiência profissional, o Projeto Reconstruir significa também o crescimento espiritual.

Quando direcionamos a mesma indagação para as mães, três delas deixaram claro que o projeto “era muito importante”, por ajudar a manter as crianças fora da rua e por ajudar a mantê-los mais focados na escola. Enquanto a mãe 03 declara que o Projeto Restaurando é:

Como se fizesse parte da minha família. Por vários momentos que não tive condições de cuidar financeiramente de minha filha mais nova que sofria com dentição (problema ortodôntico) que estava todos comprometidos, por (causa do uso de) antibióticos, eles cuidaram sem precisar pagar nada. Também sofria com problemas psicológicos, por conta dos dentes - outras crianças riam e ela tinha muita vergonha. Eles deram auxílio. Houve um tempo que não pude dar a alimentação das minhas filhas, eles também me ajudaram, sem cobrar nada. (MÃE 03)

Claro que existem elementos que estão embutidos nestas respostas e que representam muito para o social de cada indivíduo, mas também, não podemos negar e sem retirar o mérito do Projeto Reconstruir, evidente que é bom e que auxilia na medida do possível, as necessidades dos que ali estão, como por razões financeiras, motivo pelo qual segundo relatos, não tem suporte para maior expansão das atividades; entretanto, se enquadra nos moldes do assistencialismo, filantropia, da solidariedade, qualquer que seja o termo usado para enobrecer essas ações, não exime as políticas sociais.

E mais, se ações tão nobres não forem seguidas por pessoas que tem sua construção social regida por uma visão democrática e de equidade, logo, qualquer que seja a instituição, permanecendo no contexto da “solidariedade”, voltar-se-á para o engano de fazer uma leitura errada dos fatos históricos. E como temos estudado, precisamos acordar para despertar as políticas públicas, visto que, somente por meio delas, manteremos o Estado de Direitos.

Com a finalidade de concluirmos este capítulo ainda apresentaremos a continuidade da entrevista a qual iniciamos, dando prioridade às discussões, trarão um resultado mais expressivo ao que havíamos nos propostos.

Para aprofundar nosso desenvolvimento, buscamos a opinião dos colaboradores deste estudo. Achamos interessante não perdermos de vista o que o público dessa pesquisa pensa sobre, ou antes, como eles se colocam acerca de: Em sua opinião, o Projeto Reconstruir apresenta proposta ou resposta concreta para que haja mudanças nas áreas econômica e social para a vida dos participantes/famílias aí?

Na opinião da Coordenadora do Projeto Reconstruir, dentro do próprio Projeto Reconstruir, hoje não há esta oferta, mas que existe sim essa proposta, “estamos trabalhando para desenvolvermos projetos profissionalizantes, que (venham) atender os alunos e os pais. Que os adolescentes ao findar o tempo determinado (16 a 11m) para estar sendo acompanhado pelo Projeto Reconstruir, possam dar continuidade”. A Assistente Social é da mesma opinião acima. Já a Auxiliar Administrativa reafirma como ponto relevante, “os serviços de saúde, o acompanhamento especializado de psicologia e a da Assistente Social e a entrega de cesta básica”.

Outro aspecto que foi mencionado, porém, deixamos bem claro que não é, e agora menos ainda, um aspecto que iremos nos estender, apenas para lembrarmos e confirmarmos o que foi o motivo da inquietação que nos trouxe até aqui. Os relatos obtidos tanto explicitam a opinião dos autores, quanto deixam claro a historicidade de cada ponto inserido neste trabalho. Contudo, são ações como estas, aqui apresentadas, que não nos deixavam entender o porquê de não buscar resposta que tragam independência econômica para os que se encontravam em vulnerabilidade.

E chegamos, assim, a certeza que o papel da igreja não é construir um universo estatal, assim como o universo religioso está fora do contexto e do domínio do Estado, ou seja, cada um tem seu papel, e que não devem opor-se, alheias as necessidades da humanidade, mas que cada um cumpra seu distinto. Ao Estado o poder político e econômico e de gerir as relações do capital e trabalho. Já o da Igreja, cumprir com o seu designo, a caridade para ela, já é de bom porte e o mais, que ela encaminhe ao Estado, para que não voltem outra vez a se aliarem e causar tantas controvérsias.

Para as duas últimas perguntas realizadas, ficamos impressionados com a falta de esclarecimento; a nossa pergunta em pauta era saber como definir as políticas públicas, a pobreza e a vulnerabilidade social e houve uma enorme, ou até mesmo, segundo as falas de seis de nossos entrevistados, não souberam expressar sobre os temas sem que pedissem um breve esclarecimento.

O que confirmamos o que a Assistente Social entrevistada relatou (p. 70) para esclarecer o fato “que as famílias ainda têm muita falta de conhecimento sobre seus direitos”. Segundo declaração das dez pessoas entrevistadas, quatro, não tinham a menor ideia sobre os temas. Duas outras, não tinham clareza sobre as políticas públicas. Quanto às demais respostas, seguem o resumo. Segundo a mãe 03 “Pobreza é a situação em que há poucos recursos financeiros, mas, se tem o mínimo para sobreviver. A vulnerabilidade falta “até” este

mínimo para sobreviver”. Em relação às políticas públicas “elas não fazem diferença, mesmo existindo falta tudo”. Depois de um breve esclarecimento a mãe<sup>04</sup> responde que,

pobreza é assim: porque tem gente, muita gente que não pode trabalhar e comprar o pão, o alimento para as crianças, aí eu acho que pobreza é isso, porque se pelo menos a gente trabalhasse e ganhasse se salario todo mês, teria como todo dia se manter, manter as necessidades, ajeitar a casa da gente, comprar móvel. (MÃE 04)

Por outro lado, a resposta da Assistente Social complementa as falas anteriores e faz menção na íntegra do tratamos durante os textos elaborados. Ela focou em que:

estamos vivendo dentro do capitalismo e do neoliberalismo, onde o Estado tenta garantir o mínimo social. Esta não é uma prática recente, é toda uma conjuntura uma análise da realidade, é uma ligação da sociedade hoje com a questão da valorização do capital, do lucro, onde o trabalhador ganha pouco e aí recorre para as políticas para garantir esses direitos, mas, devido essas mudanças o trabalhador não tem como se manter e a pobreza é mantida dentro destes limites de dependência sem conseguir suprir o mínimo social. Já na vulnerabilidade é quando não se tem condições mesmo com o ganho mínimo, não se consegue suprir suas necessidades básicas (ASSISTENTE SOCIAL, 28/05/2018)

Quando nas muitas idas e voltas ao campo de pesquisa pudemos perceber a pouca importância que muitas vezes damos aos detalhes tão pequenos, mas que podem mudar a história. Chegamos a este capítulo com a sensação de que só passamos por ali, e que há muito a ser revelado, pois não estamos tratando de coisas exclusas não, estamos revelando que esta pesquisa chegou a um ponto que deu mais sede de saber os significados da imagem de crianças correndo do outro lado do campo (futebol), mas que só pudemos observar e não conhecermos. De sabermos o que se passa de verdade com aquela menininha que sorri bonito, e nos chama de “tia” sem sequer saber o nosso nome.

São muitas as expressões que marcam uma pesquisa de campo. A primeira experiência em pesquisa tem muito de buscar a história dos sujeitos, mas que o pesquisador é quem acaba descobrindo seu próprio mundo.

Quando estivemos ouvindo aquelas pessoas e observando aquele ambiente despertou-nos um misto de impunidade e de justiça, a alienação em que se encontram é a mesma que até agora estivemos. Quantas vezes estivemos ali do lado, mas que nunca havíamos tido desejo de entrar ou de sabermos o que se passava ali dentro. Agora precisamos fazer tudo de uma única vez, inclusive compreender quais os significados do Projeto Reconstruir, desenvolvido pelo Instituto Logos Restaurando Vidas/Igreja Evangélica no bairro Bom Sucesso, em Fortaleza - Ceará, para os profissionais e para as famílias.

Se formos analisar de acordo com o primeiro olhar, podemos deixar muitas coisas por ser apresentadas. Segundo os mestres que estiveram nos orientando por meio da leitura, e de suas experiências durante esses quatro anos, afirmam que a realidade só pode ser interpretada por meio de um olhar que queira ir além da primeira impressão. Que as expressões da questão social não estão engessadas em uma única forma, mas que é necessário romper com quantas barreiras sejam necessárias para chegar a sua gênese, e isto, somente o estudo social pode revelar o que a história de um indivíduo ou mesmo uma sociedade reserva.

Nosso campo está cheio destas barreiras, profissionais que se dão por amor, que trabalham apenas para ganhar experiência na jornada. São pessoas que estão sob o comando de um sistema impiedoso. Na perspectiva de contribuir com o bem estar da sociedade, na verdade eles ainda não sabem, mas, estão puxando seu próprio tapete.

Segundo os autores apresentados nessa pesquisa, fazem referência ao que encontramos dentro do campo em que estivemos pesquisando. Pessoas em extrema pobreza, mas que o projeto não consegue dar o suporte necessário. Crianças que vivem sob condições de risco e exposto ao crime, mas que não há uma solução devida.

Uma realidade que é ofuscada por uma alusão da solidariedade. Não é o caso de não nos sensibilizarmos em algum momento por alguma circunstância, mas de acordo com as obras que usamos para compreendermos o percurso de nossa pesquisa, elas nos asseguram que a realidade, fica além do que à primeira vista pode enxergar. Que a relação gerada entre o capital e o trabalho, entrou para a história por causa da forma sutil de agir e do efeito devastador que causa na vida do trabalhador (extrema pobreza, exclusão social, exploração, desemprego, e etc.).

Se olharmos o número de desempregados ou mesmo para o salário dos que trabalham, não é o suficiente para suprir suas necessidades básicas, e pior, não é compatível ao tempo que foi dispensado em atividade. Por esses motivos, podemos entender que os significados que o Projeto Reconstruir apresenta para os seus atores, encontra-se no mundo dos significados, e que infelizmente, ainda não foi compreendido pelos dois grupos entrevistados.

São trabalhadores que se submetem a uma condição mínima por falta de outras oportunidades. Oportunidades estas, que foram ocupadas sem aviso prévio, por máquinas que podem oferecer maior lucro. Mas estas são realidades que não se expõe. São jogadas do capital, são coisas que não se sabe, até que ocorra este círculo de conhecimento sobre a história do homem social.

Então, para nossos atores, a cena a qual eles vivem, é apenas o acaso, que a vida ou Deus quis assim, desta forma, sentimos em informar: que existe um sistema que gera toda esta

miséria, ao mesmo tempo em que produz aparelhos de escape. O que não informam no rótulo é que aí, também ele (sistema capitalista) está. Nas ONGs, nos projetos, nas Igrejas e o próprio Estado e tantos outros mais, que se deixam ser sucumbidos pelos seus encantos e juntam-se numa aliança para manter a ordem do mercado livre.

Quanto as compreensão que ficam é que o espaço e todo o contexto estão sim, impregnados com expressões da questão social. Que os significados do Projeto dentro das perspectivas do nosso público, ou, em um primeiro momento, poderíamos até dizer que é inofensivo, mas esta pesquisa pôde apresentar algumas perspectivas que nos dão coordenadas para que não venhamos naturalizar os fatos que estão explícitos na rotina diária.

Nossa sugestão é que ao se dispor a ajudar não tenhamos uma única direção para observar, mas, que ampliemos e busque enxergar toda a conjuntura que envolve a causa.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa é de natureza qualitativa e foi realizada junto ao Instituto Logos de Desenvolvimento social da Igreja Evangélica Logos Restaurando Vidas. Dentre os projetos desenvolvidos pelo Instituto Logos, escolhemos o Projeto Reconstruir por meio do qual estaremos realizando uma análise das estratégias de enfrentamento à pobreza, desenvolvido no bairro Bonsucesso Fortaleza - Ceará. Para alcançarmos nossos objetivos fomos a campo e por meio dos funcionários e familiares atendidos pelo Projeto, foram colhidas ricas informações.

Para que pudéssemos desenvolver nosso objetivo percorremos os teóricos que embasam a trajetória e desenvolvimento da pobreza. Entendemos que só por meio desse percurso é que poderíamos conseguir, ou tentar chegar a uma conexão das principais demandas sociais apresentadas pelos sujeitos atendidos no projeto.

Tendo em mãos a primeira parte da pesquisa, isto é, o tema, o campo e os sujeitos, foi hora de compreender o que os especialistas dizem sobre as muitas expressões que acompanham o desenvolvimento da pobreza. O primeiro momento dessa fase foi conhecer o porquê da pobreza ter chegado a uma extremidade tão devastadora.

Segundo Josiane Soares Santos (2012), a trajetória da pobreza, do seu desenvolvimento e de suas consequências, está no advento conhecido como capitalismo. Para a autora, o estado de pobreza é um fato histórico que ganhou notoriedade à medida que o trabalho também sofreu mudanças na sua operacionalidade.

Enquanto o trabalho é tido como um meio de manter a sobrevivência humana, a ordem das relações não havia alcançado um padrão de desigualdade em tão alto nível. Os dois grandes saltos para consolidar o percurso da vulnerabilidade social, o primeiro está na intensificação do comércio de maneira que, a todo o momento, ele esteja querendo se renovar, e com isso, o trabalhador tende a não acompanhar o ritmo e as tecnologias. Não porque não seja capaz de inovação, mas porque a produção que se exige, deve superar a qualquer valor padrão.

O segundo momento, é quando o Estado se declara ainda que de forma camuflada, assume o capitalismo como aliado, mantendo-se a parte com o trabalhador. Agora, o grande exército de desempregados, vivendo um caos, sendo explorado para poder manter o emprego, sem garantia de sua permanência. Aqueles que já estão desempregados ficam sem solução para manter suas necessidades básicas em pleno percurso. A pobreza extrema é uma realidade.

O Estado procura manter seu poder sob o regime de políticas públicas. Mas cada vez mais o capital fecha o círculo, em busca de acumular bens e diante das manobras existem crises do capital. Neste momento há um choque entre as camadas operárias e o capital. Tempo de crise, mais exploração, mais medidas de exclusões da classe. Os operários também se organizam para tentarem de alguma forma dissolver todo esse arsenal de poder, mas é tudo muito bem articulado

A esta altura muitos dos trabalhadores se desvincula dos grupos de enfrentamento. No meio dos movimentos de classes, as Organizações Não Governamentais (ONGs) surgem para amenizarem a atenção com suas ações solidárias, querendo fazer a vez do Estado, implantando novas técnicas e meios para afastar o foco das lutas que, até então, é por direitos, igualdade, e o que se intenta é desviar para o social, onde as os projetos e organizações atuam. Porém, com o apoio do Estado, e de uma sociedade voluntária cheia de boa vontade em ver a paz e a igualdade, mas que na verdade está desarmando as lutas de classes.

É neste cenário que começamos a articular nosso objeto de pesquisa. Este estudo no mínimo estabelece a ruptura da visão empírica de que estaríamos fazendo a melhor das “boas ações”, ao constituir nos colaboradores da sociedade. Já em campo, com o propósito de colher dados para analisar as expressões e significados do Projeto Reconstruir, e o que estes representam para os profissionais e familiares atendidos pelo Projeto.

Durante um mês, estivemos em campo para colhermos informações e realizar observação para desenvolver essa pesquisa. Foi realizado entrevistas com dez participantes durante o tempo em campo, onde as suas ações estiveram alimentando as informações, as quais foram base fundamental para buscar compreender as ações dos profissionais e familiares atendidos por suas ações.

No tocante ao significado do Projeto Reconstruir para os profissionais, o mesmo significa uma oportunidade de consolidar suas carreiras. E para as famílias, de acordo com seus relatos, o Projeto têm o significado de um espaço de sociabilidade e proteção, isto porque, enquanto as crianças estiverem no Projeto, não fica na rua, lugar que apresenta fortes índices de violência, e ao mesmo tempo, um ambiente que constantemente oferece riscos.

Os resultados desta pesquisa são frutos de um trabalho realizado em equipe onde não seria possível se a orientadora não tivesse coordenado. O próprio Projeto, os funcionários que nos atendeu, foi de uma importância única.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?** Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade no Mundo do Trabalho – 15. ed. São Paulo- SP: Cortez. Ed. 2013.

BARROCO, TERRA. Maria Lucia Silva, Sylvia Helena. **Código de Ética do/a Assistente Social:** Conselho Federal de Serviço Social – CFESS, (Organizador). – São Paulo: Cortez: 2012, p.p. 127/130.

BEHRING, BOSCHETTI, Elaine Rossetti, Ivanete. **Política Social:** fundamentos e história. – 9. ed. – São Paulo : Cortez, 2011. P. 75. (Biblioteca Básica de Serviço Social)

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil (1988). Promulgada em 05 de outubro de 1988. cp.II art. 6º - 11º. p.p 13-19 Disponível em:  
<[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constitui...](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constitui...) Disponível em:  
<[https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88\\_Livro\\_EC91\\_2016.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf)  
Acesso em 18/04/2018

CERVO, Amado Luiz. Metodologia Científica/ Pedro Alcino Bervian, Roberto da Silva. – 6.ed. – São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007

DIAS, MATOS .Reinaldo, Fernando .São Paulo: 2012, p.8. **Políticas Públicas:** princípios, propósitos e processos.

DIEESE. Ob. Cit. p. 2. Disponível em: <  
<https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/2018/201803cestabasica.pdf> > Acesso em:  
27/04/2018.

FONSECA. 2002, p.n.p (apud Métodos de pesquisa / [organizado por] Tatiana Engel Gerhardt e Denise Tolfo Silveira; coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** – 5. Ed. – São Paulo: Atlas, 2010.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística © 2017 | v 4.3.7.1 .Acesso em 19 de abril de 2018. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/fortaleza/panorama>>.

\_\_\_\_\_. Se constitui no principal provedor de dados e informações do país, que atende às necessidades dos mais diversos seguimentos da sociedade civil, bem como dos órgãos das esferas governamentais federal, estadual e municipal. Disponível em:  
<<https://ww2.ibge.gov.br/mtexto/funcao.htm>>. Acesso em : 07/06/2018.

\_\_\_\_\_. Disponível em:<<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/fortaleza/panorama> © 2017> v 4.3.7.1. Acesso em 19 de abril de 2018.

IPECE.<<http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/Perfil%20Socioeconomico%20Fortaleza%20final-email.pdf>>. (p.92) Acesso em 16 de nov. de 2017.

ITAMARATY.GOV. **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.** Nosso mundo hoje, 14. p. 4-5. Disponível em: <[http://www.itamaraty.gov.br/images/ed\\_desenvsust/Agenda2030-completo-site.pdf](http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_desenvsust/Agenda2030-completo-site.pdf)> Acesso em: 23/03/2018.

LESSA, Sergio. **Para compreender a ontologia de Lukács.** 3. ed. ver. E ampl. – Ijuí: ed. Unijuí. – coleção filosofia; 19. 2012, p. 60. – bens /necessidades sociais.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: identidade e Alienação.** – 16. ed. – são Paulo; Cortez, 2011, p. 93.

MELO, Lina. **Projeto colabora: juntos por um mundo + criativo.** Disponível em: <<https://projetocolabora.com.br/economia-verde/o-poder-das-ongs/>> Acesso em: 06/06/2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Teoria Social: Teoria, Método e criatividade.** 21. ed – Petrópolis, RJ: Ed.Vozes, 1994.

**MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL – MDS :** Brasil Sem Miséria. Disponível em: <[https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Riv3/dadosSv/cartilha\\_msm/CartilhaBSM.pdf](https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Riv3/dadosSv/cartilha_msm/CartilhaBSM.pdf)> Acesso em; 12/03/2018. <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia> > Acesso em: 22/04/2018.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO. Maria Lúcia. **Estado, classe e movimento Social.** 3. ed : São Paulo: 2011.

NAÇÕES UNIDAS, 2015, p. 1. Apud IBGE, p.36. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2016 / IBGE,** Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro: IBGE, 2016, 146. p. 36. (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, ISSN 1516-3296; n. 36). Disponível em: < <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv95011.pdf> > Acesso em: 23/03/2018.

SILVA, Ivone Maria. **Questão Social e Serviço Social na Formação Sócio-Histórica Brasileira.** Disponível em: <[file:///C:/Documents%20and%20Settings/User/Meus%20documentos/Downloads/Dialnet-QuestaoSocialEServicoSocialNaFormacaoSociohistoric-5017109%20\(1\).pdf](file:///C:/Documents%20and%20Settings/User/Meus%20documentos/Downloads/Dialnet-QuestaoSocialEServicoSocialNaFormacaoSociohistoric-5017109%20(1).pdf)>. Acesso 17/03/2017.

SILVA, Rafael **Bruno da. Discriminação Religiosa no Ambiente de Trabalho. ANIMA: Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET.** Curitiba PR - Brasil. Ano III, nº 8, p. 153-179, jul/dez. 2012, ISSN 2175-7119. Disponível em <<http://www.anima-opet.com.br/pdf/anima8/8-Discriminacao-Religiosa-no-Ambiente-de-Trabalho.pdf>>. acesso em : 06/05/2018.

SIMÕES, Carlos. **Curso de Direito do Serviço Social.** 6.ed – São Paulo; Cortez, 2012.- Biblioteca Básica de Serviço Social; vol v. 3. Disponível em: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466\\_12\\_12\\_2012.html](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html)> e < <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/reso510.pdf>>. Acesso em 19/04/2018

## **APÊNDICE-ROTEIRO DE ENTREVISTAS PARA COLETA DE DADOS COM OS PROFISSIONAIS DO PROJETO RECONSTRUIR**

O trabalho aqui apresentado tem por objetivo fomentar uma discussão referente aos trabalhos realizados pelas Igrejas Evangélicas.

Aqui em particular, trataremos das ações realizadas pela Associação Filantrópica do Instituto Logos Restaurando Vidas Sede 2, Av. Osório de Paiva, 3380 – Siqueira – bairro Bonsucesso em Fortaleza Ceará, sob a pauta do Projeto Reconstruir.

Sobe esta perspectiva e em comum acordo com a instituição referida, incluiremos a compreensão e o significado das ações que são desenvolvidas por este Projeto tanto para seus colaboradores/profissionais como para as famílias por ele atendidas.

Com base nas respostas aqui descritas, é que teremos um feedback das ações e resultados para esta pesquisa.

### **Perfil Biográfico do Profissional Sujeito desta Pesquisa.**

- Identificação pessoal/pseudônimo (Facultativo)?
- Formação Acadêmica?
- Função que ocupa no Instituto Logos Restaurando Vidas - Projeto Reconstruir?
- Tempo de participação com o Projeto Reconstruir?
- Qual o vínculo que tem com a Instituição Logos Restaurando Vidas - Projeto Reconstruir? O que o Projeto reconstruir representa para sua carreira profissional?
- Qual a motivação que teve para trabalhar com Instituto Logos?
- Há outras experiências profissionais? Quais?

### **Projeto Reconstruir – Instituto Logos Restaurando Vidas**

- Como você compreende a realidade social no contexto político atual?
- Como o Estado tem se posicionamento em relação a esta realidade?
- Que visão você tem das Políticas Públicas?
- Para você o que significa Pobreza ou Vulnerabilidade Social?
- Identifique quais as principais demandas/necessidades sociais apresentadas pelos participantes do Projeto Reconstruir?
- Quais as principais ações desenvolvidas pelo Projeto Reconstruir na comunidade no bairro Bonsucesso? Descreva-os.
- Descreva quais as principais dificuldades para o Projeto Reconstruir, para desenvolver estratégias de Enfrentamento à Pobreza?

-Quais as mudanças que segundo a sua opinião, deveria haver para que o Projeto Logos tenha melhor desempenho?

-Você pode identificar as ações realizadas pelo Projeto Logos, as quais tenham mobilizado ou condicionado as famílias que participam, a terem uma mudança social e econômica diferente da qual tem se apresentado?

**ROTEIRO DE ENTREVISTAS PARA COLETA DE DADOS  
COM AS FAMILIAS ASSISTIDAS PELO PROJETO RECONSTRUIR**

O trabalho aqui apresentado tem por objetivo fomentar uma discussão referente aos trabalhos realizados pelas Igrejas Evangélicas.

Aqui em particular, trataremos das ações realizadas pela Associação Filantrópica do Instituto Logos Restaurando Vidas Sede 2, Av. Osório de Paiva, 3380 – Siqueira – bairro Bonsucesso em Fortaleza Ceará, sob a pauta do Projeto Reconstruir.

Sobe esta perspectiva e em comum acordo com a instituição referida, incluiremos a compreensão e o significado das ações que são desenvolvidas por este Projeto tanto para seus colaboradores/profissionais como para as famílias por ele atendidas.

Com base nas respostas aqui descritas, é que teremos um feedback das ações e resultados para esta pesquisa.

**Perfil Biográfico das Famílias Sujeitos desta Pesquisa.**

- Identificação pessoal/pseudônimo (Facultativo)?
- Idade?
- Escolaridade?
- Qual a profissão que exerce?
- Número de membros na família?

Qual Perfil Familiar		Quantos Membros na Família	
Pai, mãe e filhos		Adultos.	
Mãe e filhos		Adolescentes	
Pai e filhos		Crianças.	
Avós e netos		Idosos	
Outros.		Agregados.	

- Qual o tipo de moradia:  
Alugada ( ) Própria( ) Mora com parentes ( )
- Quantos membros da família têm renda fixa?
- Quanto é aproximadamente a renda mensal?

**Projeto Reconstruir – Instituto Logos Restaurando Vidas**

- Para você o que significa Pobreza ou Vulnerabilidade Social?
- Quem você acha que seja responsável pelo cuidado do povo em estado de pobreza?

-O que você entende por Políticas Públicas?

-Você acha que as Políticas Públicas oferecem serviços adequados para o povo pobre?

Você pode explicar sua resposta?

-O que o Projeto reconstruir representa para você e sua família?

-Quais as ações do Projeto Reconstruir que você citaria como referencia, as quais mudaram seu padrão de vida social?

-Você indicaria o Projeto reconstruir para outras pessoas?

( ) Sim ( ) Não

-Porque você indicaria ou não o Projeto Reconstruir para outras pessoas?

-Você acha que as famílias que participam do Projeto Reconstruir, tem sua condição social ou econômica transformada?

-Você teria alguma indicação a fazer para que o Projeto Reconstruir possa melhorar?

**ANEXO-Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)**

Declaro, por meio deste Termo, que concordei em ser entrevistado (a) e/ou participar na pesquisa de campo referente à pesquisa intitulada: **\_ PROJETO RECONSTRUIR DO INSTITUTO LOGOS: UMA ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO À POBREZA DESENVOLVIDA NO BAIRRO BONSUCESSO EM FORTALEZA CEARÁ** desenvolvida por **IRENE CRISTOVÃO RODRIGUES**. Fui informado (a), ainda, de que a pesquisa é orientada por **VIRZANGELA PAULA SANDY MENDES**, a quem poderei contatar/consultar a qualquer momento que julgar necessário através do telefone nº **(88) 999422333**. Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado (a) do objetivo geral, estritamente acadêmico, do estudo que, em linhas gerais, é **O ENFRENTAMENTO À POBREZA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS**. Fui também esclarecido (a) de que os usos das informações por mim oferecidas estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa e que minha colaboração se fará de forma anônima, por meio de entrevista a ser gravada a partir da assinatura desta autorização. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pelo (a) pesquisador (a) e/ou seu (sua) orientador (a). Fui ainda informado (a) de que posso me retirar desse estudo a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos. Atesto recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Fortaleza, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018

Assinatura do (a) participante:

\_\_\_\_\_

Assinatura do (a) pesquisador (a):

\_\_\_\_\_

Assinatura da testemunha:

\_\_\_\_\_